

A defesa dos interesses de Portugal e a consciência de que se aproximam anos muito difíceis, que exigirão a máxima convergência de esforços no quadro do projecto democrático implicam assim que as eleições intercalares sejam entendidas como um passo decisivo para uma efectiva estabilidade política tendo em vista os anos 80.

RAMALHO EANES

A Voz do ALGARVE

PORTE
PAGO

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 5\$00) N.º 735
ANO XXVII 19/7/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Telef. 6 25 36 LOULÉ

PORTUGAL: UMA ECONOMIA A PASSO DE CARANGUEJO

Não existem no Portugal de hoje, condições estruturais ou conjunturais que sejam, que permitam, a quem quer que seja, poder traçar e planejar o futuro económico a curto e médio prazo, com a mínima garantia

O CHOCOLATE ALGARVIO

Em Outubro de 1978 realizou-se na Aldeia das Açoteias, como é do conhecimento público, o Simpósio Internacional para o estudo dos problemas relativos à maior valorização das alfarobas, cuja produção média anual é, na nossa Província, cerca de 100 toneladas.

(continua na pág. 2)

de que os objectivos apontados sejam medianamente atingidos. De resto, esse diferencial de erro, em maior ou menor escala, atinge qualquer Gabinete de Planeamento, que trabalhe no manuseamento das grandezas macro-económicas, como quem põe e dispõe de um puzzle, tirando daqui, para colocar acolá, aumentando este, diminuindo aquele, e isto passa-se a todos os níveis, do País mais industrializado, aos que se encontram ainda em vias de desenvolvimento.

Claro está, cada coisa no seu lugar, cada qual na dimensão que lhe cabe e dimensiona. Nada é perfeito, e o funcionamento do sistema económico mundial, encontra-se engasgado, agora assoberbado por diversos tipos de «guerras», que vão do

(continua na pág. 2)

VAZ PORTUGAL: O Algarve foi a única Região Agrícola com resultados positivos

O Professor Vaz Portugal, ministro da Agricultura e Pescas dos gabinetes de Nobre da Costa e de Mota Pinto, deslocou-se recentemente ao Algarve, acompanhado por diversas individualidades, a fim de se inteirar in loco, de como vai decorrendo a agricultura algarvia, que, focou, ter sido a única que no conjunto do País, apresentou um saldo positivo.

Ao longo de três dias, o Prof. Vaz Portugal teve reuniões com dirigentes dos Serviços Regionais, com pessoal, visitou explorações agrícolas e diversas Unidades dos Serviços. O contacto com os agricultores autênticos, não foi descuidado.

O futuro agrícola do Algarve dependerá, segundo o titular do

(continua na pág. 11)

HÁ PETRÓLEO NO ALGARVE?

Continua envolto em certo mistério o aparecimento de petróleo em Almansil.

Se aquele líquido for gasóleo dum depósito roto, como se explica que encharcasse a terra até atingir 85 metros?

A propósito do Instituto Politécnico de Faro

Segundo dados de 1976 a população do ensino superior nacional era, à data, de aproximadamente 83 000 estudantes e a população nacional de 9 700 000 habitantes.

Assim, os estudantes do ensino superior representavam 0,86% da população o que compara desfavoravelmente com indicadores da maioria dos países europeus. O Algarve tem uma população de 320 000 habitantes o que, considerando uma distribuição uniforme em todo o País, das origens dos estudantes do ensino superior, daria para esta

região o número de 2 750 potenciais estudantes.

As migrações estimadas para as escolas de ensino superior de Lisboa, Porto e Coimbra dão um total de 1 217 estudantes.

Prevê-se que a população estudantil no ensino superior venha

(continua na pág. 11)

Ainda a propósito de

«A fruta é um fruto proibido»?

Recebemos da Divisão de Protecção da Produção Agrícola, do Algarve a seguinte carta de esclarecimento, a propósito de um artigo publicado nas nossas páginas, sob o título em epígrafe, e que muito gostosamente passamos a transcrever:

Em relação ao artigo publicado no n.º 739 de 14/6/79 do jornal que V. Ex.ª dirige e intitulado «A FRUTA É UM FRUTO PROIBIDO?» temos a informar o que se segue:

1 — Atribua o autor do citado artigo, segundo depreendemos, o motivo do mau sabor da fruta a tratamentos com produtos químicos a que, eventualmente, haja sido submetida.

2 — Deve, todavia, esclarecer-

-se que a situação a que se alude, pode ter como causa, não unicamente a atribuída a mau uso dos pesticidas agrícolas.

3 — As inadequadas características organolépticas da fruta podem, como se compreende, resultar da acção de múltiplos factores como sejam: deficientes condições de armazenamento e frigorificação, da variedade cultivada, do estado de maturação na altura da colheita, das condições climáticas do ano agrícola, etc.

4 — Quanto aos produtos utilizados nos tratamentos químicos, convirá deixar expresso que, antes de ser autorizada a sua venda no país são largamente estudadas em ensaios de campo e de laboratório pelos organismos do

Ministério da Agricultura e Pescas e algumas empresas comerciais.

Aqueles estudos incidem, fundamentalmente, sobre a eficácia, toxicologia e efeitos laterais na fauna e flora selvagens.

Por conseguinte, desde que se respeitem escrupulosamente, as

(continua na pág. 2)

Considerações à política partidária relacionadas com a Democracia

Tanto o CDS como o PSD se fundamentam em concepções ideológicas, centradas essencialmente no processamento da plena maturação do ser humano, razão porque qualquer deles, se definem como «humanistas personalistas».

O PS, PC assim como a UDP concertiza, que também, para efeitos de influência e impacto de propaganda às massas amorfas se definirão ainda mais, «humanistas personalistas».

No âmbito do nosso xadrez político-partidário e segundo as suas doutrinas e conceitos formulados, existem duas palavras comuns, de relevante significado e vincadamente sublinhadas, que pela influência e impacto, são imprescindíveis como instrumentos à dinâmica da motivação e aliciamento político-partidário pela chama, que desencana no espírito, pesansamento e sentimento dos homens.

O General Galvão de Melo em dinâmica actividade

O General Galvão de Melo entende, como já publicamente o declarou, que a única estratégia eleitoral aceitável da parte de um candidato à Presidência da República, nas condições da vida política, económica e social que Portugal enfrenta, é tomar as medidas necessárias para garantir aos portugueses que não voltarão, nas próximas eleições presidenciais, a votar na aventura, elegendo para o mais alto posto da magistratura nacional um desconhecido.

Com vista à realização dos seus propósitos, o candidato nacional à Presidência da República deslocou-se nos dias 5, 6 e 7 de Julho, ao concelho de Vila

Nova de Gaia, onde teve oportunidade de visitar diversas unidades industriais, e conviver com pescadores no sítio da Afurada, e jovens apoiantes de Vila Nova de Gaia. Não há dúvida, de que só conhecendo o Povo nos seus locais de trabalho e de labuta, conhecendo-lhes e auscultando-lhes as dificuldades e os problemas, se pode na verdade ser o Presidente desse mesmo Povo! A cerca de dois anos das eleições presidenciais, Galvão de Melo, personalidade de uma integridade e verticalidade inatingíveis, aprende Portugal, no dia a dia do seu convívio com o Povo Português.

O Povo e o seu Presidente, têm que se conhecer mutuamente.

Limitada a abertura de poços e furos de captação de água

Da Direcção Regional de Agricultura do Algarve recebemos o Aviso que reproduzimos abaixo, dada a sua importância fundamental para os agricultores em geral, e muitos dos nossos Assinantes em particular, uma vez que vem pôr a claro um problema preocupante, que nos diz respeito a todos nós: a escassez dos recursos hídricos. É, como segue, o teor desse Aviso:

Os aquíferos subterrâneos não constituem reservas de água inesgotáveis. Em diversas zonas do país, nomeadamente no Algarve, a exploração das águas sub-

(continua na pág. 6)

FINALMENTE!

CHOCOLATE FEITO À BASE DE ALFARROBA

(VER PÁGINA 6)

O CHOCOLATE ALGARVIO

(continuação da pág. 1)
ca de 40 000 toneladas — e resultam da existência, em 1954, à volta de 1 600 000 árvores deste fruto.

A Imprensa algarvia e também a de Lisboa referiu-se ao valor dos estudos apresentados, não só por cientistas estrangeiros como portugueses, e neles se salientavam as aptidões da alfarroba, quer do ponto de vista alimentar, como industrial.

No primeiro aspecto, foi dado a provar aos assistentes o chocolate de alfarroba que foi muito elogiado. Dizia-se até que a sua fabricação iria ser feita na Província, talvez em Loulé, que é o concelho onde existe maior número de alfarrobeiras, segundo o *Inquérito às Explorações Agrícolas*, levado a cabo pelo I. N. Estatística, em 1945. Então existiam 686 000 alfarrobeiras neste concelho que produziam cerca de 17 150 toneladas anuais de alfarrobas, quantidades que se devem manter, dado que a produção média anual de alfarrobas foi calculada, em 1978, entre 40 e 45 000 toneladas.

Dada a falta de uma estrutura e mentalidade tecnológicas apropriadas no Algarve, a indústria das aplicações da alfarroba não avançou ainda — e assim o chocolate de alfarroba foi fabricado primeiro em Lisboa pela Fábrica Favorita, e na sua composição entram, além da farinha de alfarroba torrada, o açúcar, leite em pó, gordura vegetal, emulsionantes e aromatizantes (laranja e morango).

Além do chocolate de alfarroba produz-se na Ribeira de Alte um xarope que é aplicado na tonrelação do café, e com o fim de exaltar o sabor desta bebida,

e é utilizado tanto em Portugal como na vizinha Espanha.

Na Cooperativa Agrícola de St.ª Catarina da Fonte do Bispo fabrica-se já a aguardente de alfarroba, sob controle da Administração Geral de Alcool e do Açúcar — não se fabricando porém o licor de alfarroba que se produz e vende em larga escala na Ilha de Maiorca, sob o nome de licor de Palo.

Como se dizia no «Jornal do Algarve», em 20/4/79, a mais valia da alfarroba fica na mão dos industriais, grandes comerciantes, quando seria lógico que, dentro do esquema político-económico actual deveriam ser as cooperativas de produtos agrícolas que deviam recolher tal mais valia resultante das descobertas tecnológicas aplicadas à manipulação da alfarroba, não só do triturado, como da semente.

O governo da Nação bem se apercebeu desta falha da Economia do Algarve, criando re-

centemente um Instituto Politécnico, em Faro, e dotando-o de verbas suficientes, aliás, contra certa oposição pública da Província — e não só — que pôs a funcionar os cursos superiores de Letras, de Direito e de Gestão de Empresas e pediu a criação urgente da Universidade do Algarve, como panaceia para resolução do problema do ensino superior da juventude algarvia.

A volta de 1940, quando se falava nas múltiplas aplicações, no estrangeiro das alfarrobas, o crítico da vida social algarvia António Aleixo, lamentou a falta de aptidões dos seus compatriotas, na quadra que a posteridade registou.

O Neves Pires sombrio
Põe nas terras estrangeiras
O chocolate algarvio
Filho de alfarrobeiras...

Lisboa, 25/6/79

A. de Sousa Pontes

AINDA A PROPÓSITO DE «A FRUTA É UM FRUTO PROIBIDO?»

(continuação da pág. 1)
recomendações que figuram nos rótulos — estes, também, objecto de aprovação oficial — o seu emprego é considerado tecnicamente seguro.

Com os melhores cumprimentos.

O Responsável pela Divisão de Protecção da Produção Agrícola,
A. R. Guerreiro

NOTA DA REDACÇÃO — Muito nos apraz saber que as ins-

tâncias oficiais que superintendem na Agricultura Algarvia, se encontram particularmente atentas ao que se faz, ao que se diz, e ao que se critica, no que respeita às relações entre o consumidor, e a produção que ele consome. Daí que seja de registar a prontidão com que a Divisão de Protecção da Produção Agrícola acorreu a prestar alguns esclarecimentos, sobre os ques e os porquês, de a fruta ter mau sabor, ou não.

Ficámos assim a saber que, para além do mau uso dos pesticidas agrícolas, também as deficientes condições de armazenamento e frigorificação, a variedade cultivada, o estado de maturação na altura da colheita, as condições climáticas do ano agrícola, etc., há toda uma vasta gama de razões, pelas quais, a fruta que compramos e consumimos, nos dá um sabor pouco natural, e que, logicamente, deixa um sobrolho desconfiado no gosto do consumidor.

É que o problema, para além dos esclarecimentos que nos foram prestados, e que nos apraz registar, persiste na sua verdade nua e amarga, como um pero crú; que garantias tem o consumidor, ao ir a uma praça, a um supermercado ou a uma mercearia, de que está adquirindo fruta com bom ou com mau sabor? Aonde está esse certificado, que garanta ao consumidor de que a fruta por que ele paga os olhos da cara, foi tratada com bom uso dos pesticidas agrícolas, foi correctamente armazenada e conservada, foi colhida na devida altura, ou provém de um bom ano climático? Quem garante? Quem?...

PORTUGAL: UMA ECONOMIA A PASSO DE CARANGUEJO

(continuação da pág. 1)

petróleo, ao dólar, da produção aos neutrões, dos bombardeiros ao excesso de população, e por aí fora. Queremos com isto dizer que, em qualquer parte do mundo, nada acontece exactamente como se previu, e se actuou com vistas a atingir esses objectivos. As próprias potências mundiais, vêm-se e desejam-se para cumprir ao mínimo desejável as suas metas económicas e as respectivas taxas de aceleração ou desaceleração da economia, e todos nós sabemos como o desemprego não evoluiu tão favoravelmente, quanto seria de desejar, a inflação não foi sustida a níveis mais baixos do que os verificados, mas, enfim, conseguem esses países, essas economias, aproximar-se dos objectivos previstos, se não em todos, pelo menos na maioria dos cálculos estabelecidos para os diversos sectores. E por tudo isso, que nos espanta!, ao olharmos para os «saldos» de fim de ano (1978) com que encerrámos a nossa «escrita» desta tasquinha à ponta da Europa plantada, verificamos como foram tantos os desajustamentos, como se flectiram certas variáveis num sentido diametralmente oposto ao que estava previsto, como é confrangedoramente negativo (continua a ser) o balanço de tudo isto, pese a boa vontade de uns tantos optimistas, que se excitam com pouca coisa.

Senão, vejamos. Na PRODUÇÃO, a um aumento do PIB a preços constantes, de 5,7% em 1977, passamos para 3,4% em 1978. A PROCURA INTERNA estagnou praticamente em 1978, registando o consumo privado um acréscimo insignificante de 1%, demonstração clara e inequívoca de uma quebra do poder aquisitivo da população, resultante em grande parte pela baixa continuação dos salários reais, como consequência da política de contenção salarial, enquanto se registava um aumento continuado dos preços. Paralelamente, no que toca ao consumo público, enquanto que o Plano apontava para uma estagnação ao nível dos 0,4%, de facto, aumentou 7,8%, portanto, num sentido contrário ao pretendido pelos planificadores. No que respeita à FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, ou, mais correntemente, o investimento em capital fixo, passou-se de uma taxa de crescimento de 12% em 1977 para 4% em 1978, o que se irá repercutir muito

negativamente no crescimento futuro da economia nacional. A INFLAÇÃO, programada para o tecto dos 20%, fugiu, oficialmente, para os 22%, mas também é sabido como a inflação real costuma ser superior aos números oficiais. As carteiras dos cidadãos, empiricamente, o comprovam.

Mau grado, registre-se que se conseguiu uma melhoria, dentro do negativo de 1977 para 1978, pois passou-se de uma taxa de inflação de 27% para 22%, o que, em todo o caso revela uma ligeira desaceleração.

O DESEMPREGO, contrariamente aos objectivos do Plano, sofreu um agravamento. Os pedidos de emprego não satisfeitos aumentaram 18% em relação ao ano de 1977. A PRODUÇÃO INDUSTRIAL, que em 1977 havia registado um aumento de 13%, baixou também para 7%, registando-se que as indústrias ligadas aos sectores tradicionais de exportação, apresentaram um comportamento pouco dinâmico: têxteis, 2%, o que coloca muitas sombras sobre a nossa verdadeira capacidade de incrementar as exportações e diminuir assim o nosso déficit da balança comercial. E já que falámos em balanças, anotemos aqui, aquela vitória que parece ter encheido de júbilo os responsáveis pela nossa economia: a redução do déficit da balança de transacções correntes.

Fora de 57 milhões de contos em 1977, previra-se 45 milhões para 1978, e tudo acabou pela ninharia de 32,4 milhões. Faz-nos lembrar uma equipa de hóquei em patins do Japão. Da primeira vez, previam «levar» 20, mas «levaram» apenas 16! E os rapazes foram todos contentes para casa!...

José Manuel Mendes

VENDE-SE

Uma propriedade situada no concelho de Lagos, com 35 hectares (aproximadamente), casa de habitação, estábulo, água, árvores de fruta e cortiça.

Óptimas condições para a pecuária.

Tratar com: Francisco José Pacheco — Monte Ruivo — Alfombras — Aljezur.

(2-1)

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO FÍSICO, RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE

O Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, faz saber que se encontram abertas vagas para ocupação dos lugares de vigilantes da Reserva Natural da Ria Formosa (Loulé-Faro-Olhão-Tavira-Vila Real de Santo António) e da Reserva Natural do Sopal de Castro Marim-Vila Real de Santo António. Estes lugares só poderão ser ocupados por pessoas já vinculadas à função pública.

Quaisquer esclarecimentos complementares são fornecidos na Rua Dr. Justino Cúmano, 5, 1.º dt., em Faro, ou pelo telefone 27514.

Aos comerciantes algarvios

A Associação dos Comerciantes do Distrito de Faro, resultante da fusão das Associações de Faro, S. Brás de Alportel, Tavira, Vila Real de S. António, Castro Marim e Alcoutim, Loulé e da aderência de algumas centenas de comerciantes dos concelhos de Olhão, Albufeira, Silves, Lagoa, Lagos, vem informar todos os comerciantes do Algarve que porventura ainda não estejam associados nas associações acima referidas que poderão fazer a sua inscrição a nível local nas associações concelhias ou na sede sita em Faro na Rua da Marinha, n.º 11-1.º, telefone 22524.

Mais se informa que já a Associação recém-criada dispõe duma eficiente assistência, inclusivé jurídica, que se encontra ao dispor de todos os associados.

A COMISSÃO INSTALADORA

VENDE-SE

Prédio com 4 divisões, na Calçada dos Sapateiros, 10, em Loulé.

Aceitam-se propostas e reserva-se o direito de não aceitar se a proposta não interessar.

Carta a este jornal ao n.º 53.

VENDEM-SE

Propriedades, próximo da vila e periferia. De boa terra de semear e abundante arvoredo.

Facilidades de água e luz.

Tratar na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, 3 (Largo do Chafariz) — Loulé.

(8-3)



Pastelaria AMAZONA

FABRICO PRÓPRIO

FORNECEMOS BOLOS PARA:

CASAMENTOS, BAPTIZADOS,
ANIVERSÁRIOS, ETC.

DOCES REGIONAIS DO ALGARVE



Telef. 62503

LOULÉ

NOTÍCIAS DO CICLISMO

Secção de JOSÉ MANUEL MENDES

Organizadas pela Associação de Ciclismo de Faro, disputaram-se a Taça Comissão Regional de Juizes e Cronometristas, e o Circuito Cidade de Portimão, que tiveram as seguintes classificações:

TAÇA C. R. J. CRONOMETRISTAS

1.º — Idalécio Jorge (Campinense) 3.23.42; 2.º — João Guerreiro (Louletano) 3.24.43; 3.º — António Ramos (Louletano) 3.24.51; 4.º — António Cavaco (Campinense) 3.24.58; 5.º — Francisco Guerreira (Louletano) m. t.; 6.º — Delmiro Lores (Campinense) 3.26.52; 7.º — Marcelino Rita (Louletano) 3.26.40; 8.º — 8.º — João Lázaro (Campinense) m. t.; 9.º — José Barbosa (Campinense) m. t.; 10.º — José Martins (Campinense) m. t.; 11.º — José Mendes (Campinense) m. t.; 12.º — Carlos Martins (Louletano) m. t.; 13.º — António Guia (Campinense) m. t.

Colectivamente, venceu a equipa do Louletano.

SINTESE DA ETAPA — Pouco após a partida de Boiqueime, nos Matos, João Guerreiro do Louletano, e Idalécio Jorge (Campinense), ambos júniores, encetaram uma fuga que durou toda a etapa. Conjugando-se muito bem, chegaram juntos até cerca de um quilómetro e meio de Loulé, altura em que, aproveitando uma desatenção do seu companheiro de fuga, Idalécio Jorge deu uma magnífica sapatada, para a qual João Guerreiro não pôde encontrar resposta. Excelente prova da equipa do Louletano que, de mansinho, sem grandes alardes se comportaram homogeneamente, e conquistaram a Taça em disputa.

CIRCUITO CIDADE DE PORTIMÃO

1.º — Luís Vargues (Campinense) 2.14.30; 2.º — Pedro Rodrigues (Boavista) 2.24.13; 3.º — António Cavaco (Campinense) m. t.; 4.º — José Luís Pereira (Campinense) 2.25.05; 5.º — João António (Boavista) m. t.; 6.º — Sebastião Silva (Boav.) 2.26.03; 7.º — João Guerreiro (Louletano) 2.28.16; 8.º — Francisco Guerreiro (Louletano) 2.36.01.

SINTESE — Corrida sem história. Logo na primeira volta, Luís Vargues «esqueceu-se» que estava a correr acompanhado, foi-se embora, e ganhou tudo quanto havia para ganhar. Dos restantes realce-se a combatividade de Pedro Rodrigues do Boavista, e a boa prova de António Cavaco.

SELECÇÃO REGIONAL DE JÚNIORES

Com vistas à participação no Grande Prémio da Associação de Ciclismo de Santarém, para seleções regionais de júniores, a

Posto de Turismo de Faro

No decurso do mês de Junho solicitaram informações no Posto de Turismo de Faro 5041 turistas, dos quais 4217 estrangeiros e 824 portugueses.

Em relação a idêntico período do ano transacto verificou-se um aumento de 18%.

O maior número de turistas foi da expressão inglesa com 1936 visitantes.

CONSULTÓRIO DENTÁRIO

TRESPASSA-SE

Tratar na Rua Poeta Alci-xo, 10 r/c. — Telf. 62114 — LOULÉ.

NOTÍCIAS PASSADAS

Com data de 26 de Junho, recebemos da Comissão Regional de Turismo do Algarve, as seguintes notícias, que passamos a publicar:

Aviso solene

Quem não sabe, fica sabendo! Alvaro Barreirinhas Cunha, popular dirigente do Partido Comunista Português avsou publicamente que aquela colectividade partidária apoiará todo e qualquer governo que defenda a Reforma Agrária, as nacionalizações, a Constituição, as conquistas de Abril e, obviamente, os interesses de Moscovo!

Notícia número um: — Vai decorrer de 29 de Junho a 4 de Julho, na Adega da Torralta, em Alvor, a «Semana Algarvia», no âmbito das Semanas Gastronómicas Torralta.

O certame comporta ainda a mostra e venda de artigos regionais.

Notícia número Dois — Na Praça de Touros de Albufeira (Empresa Fernando dos Santos) realizou-se na noite de 6.ª feira, com início pelas 22 horas, mais uma corrida. Actuarão os cavaleiros-David Ribeiro Telles e João Pa-lha Ribeiro Telles, o matador Fernando Pessoa e os Forados Amadores de Coruche.

Serão corneados 4 toiros.

TÊNIS DE MESA

ENCERRAMENTO DA ÉPOCA

DE 1978/79

A Associação de Ténis de Mesa de Faro, levou a efeito no passado dia 14 do corrente, no Pavilhão Gimnodesportivo de Faro, o seu Torneio de Encerramento culminando assim, o trabalho de mais uma época, procedendo-se à distribuição dos prémios referentes à época de 1976/77 e do Torneio de Encerramento da presente época.

Sobre os resultados deste último, contamos brevemente poder fornecer as classificações.

Aquele cheiro bom da nossa terra

No fim de mais um ano de duro trabalho, você vai gozar umas merecidas férias e sentir aquele “cheiro bom” da nossa terra.

Ao desejar-lhe BOAS FÉRIAS, o

BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA lembra-lhe que pode aproveitar a ocasião para nos visitar.

ESTAMOS SEMPRE PERTO DE SI, POR MAIS LONGE QUE VOCÊ TRABALHE.



BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA



BETECNA — BETÕES DO ALGARVE, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odiña Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 23 do mês corrente, lavrada de fls. 114 v.º, a 119, v.º, do livro n.º A-55, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre José Guilherme Jorge da Costa, Manuel Andrade Machado Soares, Carlos Marques Sequeira de Matos e Eduardo Rocha Sequeira Mendes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objecto

Artigo primeiro — A sociedade adopta a denominação comercial de «Betecna — Betões do Algarve, Limitada», tem a sua sede provisória na Rua D. Paio Peres Correia, número trinta e um, primeiro, desta vila de Loulé e freguesia de São Sebastião e definitiva após a construção das instalações, na recta da Palhinha, no sítio da Campina, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado a contar de hoje.

Parágrafo único — Por deliberação da Assembleia Geral a sociedade poderá criar ou extinguir sucursais, filiais, agências ou quaisquer outras formas de representação permanente no país ou estrangeiro, bem como transferir a sua sede.

Artigo segundo — 1. A sociedade tem por objectivos a fabricação de betões e comercialização de materiais de construção civil e obras públicas, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo da actividade comercial ou industrial permitido por lei, mediante deliberação da Assembleia Geral.

2. A sociedade pode associar-se com quaisquer outros indivíduos ou sociedades ou participar no capital, gerência ou administração de sociedades comerciais ou civis, ainda que a actividade destas não coincida com o seu específico objectivo.

3. A aquisição pela sociedade de quaisquer quotas, acções ou obrigações, mesmo próprias, depende de simples

deliberação da gerência, a qual poderá efectuar com elas as operações que entender, por convenientes.

CAPÍTULO II Capital social

Artigo terceiro — 1. O capital social é de dois milhões de escudos, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, e é composto pelas seguintes quotas:

Uma de um milhão e cem mil escudos, pertencente ao sócio José Guilherme Jorge da Costa;

Uma de trezentos mil escudos, pertencente ao sócio Manuel Andrade Machado Soares;

Uma de trezentos mil escudos, pertencente ao sócio Carlos Marques Sequeira de Matos; e

Outra de trezentos mil escudos, pertencente ao sócio Eduardo Rocha Sequeira Mendes.

2. O capital poderá ser aumentado, por uma ou mais vezes, por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo quarto — 1. Poderão ser efectuadas prestações suplementares de capital, em dinheiro ou quaisquer outros bens ou valores, mediante deliberação tomada por unanimidade da Assembleia Geral, a satisfazer no prazo que a mesma vier a determinar.

2. Qualquer sócio poderá, porém, fazer à Caixa Social os suprimentos de que ela carecer, nas condições acordadas em Assembleia Geral.

Artigo quinto — 1. A transmissão de quotas, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, é livre entre os sócios ou entre estes e a sociedade.

2. A transmissão de quotas, inter-vivos, a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, a estranhos, depende do consentimento prévio da sociedade, à qual em primeiro lugar, e aos sócios em segundo, e por ordem decrescente da importância das suas quotas, fica conferido o direito de preferência.

3. O sócio que desejar transmitir a estranhos a sua quota, no todo ou em parte, assim o comunicará à sociedade, por carta registada com aviso de recepção, indicando o nome da pessoa ou entidade à qual pretende fazer a transmissão, preço e cláusulas do respectivo contrato.

4. A declaração de opção terá de ser feita por carta re-

gistada com aviso de recepção, no prazo de trinta dias, a contar da recepção da carta referida no n.º 3, deste artigo.

CAPÍTULO III

Dos corpos sociais

Artigo sexto — 1. A gerência será exercida por um ou mais sócios dispensados de caução e remunerados ou não, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Para a gerência pode ser eleita ou designada qualquer pessoa colectiva que seja sócia, a qual exercerá as suas funções por intermédio de um dos seus representantes legais ou mandatários para o efeito nomeado.

3. A sociedade obriga-se com a assinatura de um ou mais gerentes ou de quem legalmente os represente, conforme for deliberado pela Assembleia Geral.

4. À gerência competem os mais amplos poderes para a condução dos negócios sociais e designadamente:

a) — Representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, com poderes para confessar, desistir ou transigir, bem como aceitar a decisão de pleitos ou árbitros;

b) — Adquirir quaisquer valores, mobiliários ou imobiliários;

c) — Alienar, hipotecar ou de qualquer forma obrigar bens mobiliários ou imobiliários;

d) — Contrair empréstimos e realizar quaisquer outras operações de crédito, activas ou passivas, com ou sem garantia real;

e) — Conferir, nos termos e para os efeitos do artigo duzentos e cinquenta e seis e parágrafo único do Código Comercial ou quaisquer outros fins, os mandatos que se tornem necessários ou convenientes para o exercício das actividades sociais;

f) — Delegar nos termos da lei, os poderes que entenderem, em qualquer pessoa;

g) — Convocar a Assembleia Geral sempre que o entenda necessário;

5. Os gerentes manter-se-ão em exercício até à eleição de novos gerentes.

Artigo sétimo — 1. Os gerentes não poderão assinar letras de favor, fianças ou abonações ou por qualquer outra forma, obrigar a sociedade em interesses alheios aos negócios sociais.

2. É vedado a qualquer dos sócios o exercício de qualquer actividade profissional estranha à sociedade, salvo autorização da Assembleia Geral.

Presume-se o seu consentimento se outra decisão não for comunicada ao interessado no prazo de trinta dias contados da comunicação a efectuar à sociedade, por carta registada com aviso de recepção.

Artigo oitavo — 1. A Assembleia Geral ordinária reunir-se-á uma vez por ano e deverá ser convocada por carta registada com aviso de recepção, com pelo menos quinze dias de

antecedência.

Se a distribuição não tiver sido feita anteriormente, a carta registada que convocar a Assembleia Geral Ordinária, deverá incluir as contas do exercício e o balanço a aprovar.

2. As assembleias gerais extraordinárias serão convocadas pela gerência ou por sócios que representem, pelo menos trinta por cento do capital social.

3. As sociedades serão representadas nas Assembleias Gerais por um seu representante legal ou mandatário; os comproprietários de quotas, por um deles.

4. Nas convocatórias destinadas a deliberar sobre quaisquer modificações do pacto social deverá ser indicada, concretamente, a cláusula ou cláusulas a alterar e o texto proposto.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo nono — A sociedade não se dissolve pelo falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os herdeiros ou representante legal do falecido ou interdito.

Parágrafo único — Sendo mais do que um herdeiro, devem os mesmos nomear entre si, aquele que os representará enquanto a quota se mantiver indivisa.

Artigo décimo — 1. A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

a) — Insolvência ou falência do sócio titular;

b) — Arresto, arrolamento, penhora ou apreensão por qualquer forma de quota em processo judicial;

c) — Venda ou adjudicação judicial;

d) — Cessação das relações de trabalho sempre que o sócio

preste serviços na sociedade, salvo se a cessação resultar de motivos de saúde;

e) — Violação do disposto nos presentes estatutos e na lei, relativamente à cessão de quotas a terceiros ou por comportamento irregular susceptível de atingir os interesses da sociedade;

f) — Por deliberação da Assembleia Geral em caso previsto no número dois do artigo quinto;

g) — Por acordo com o seu titular.

2. O valor da amortização será o que resultar do último balanço aprovado, acrescido do fundo ou fundos de reserva.

3. O valor da amortização ou de preço a pagar no caso de utilização do direito de opção, quer por parte da sociedade quer pelo sócio ou sócios, poderá ser pago em quatro prestações trimestrais de igual montante, vencendo-se a primeira no trigésimo dia a contar da data da comunicação da deliberação respectiva.

Parágrafo único — Considera-se realizada a amortização com o pagamento ou depósito, na Caixa Geral de Depósitos, da primeira prestação.

Artigo décimo primeiro — Os lucros terão a distribuição que a Assembleia Geral estabelecer.

Artigo décimo segundo — Para todas as questões emergentes deste pacto social entre os sócios e a sociedade, designadamente as relativas à validade e interpretação das suas cláusulas e ao exercício dos direitos sociais é exclusivamente competente o foro da comarca de Loulé.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 27 de Outubro de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A. I. A. — Agência Imobiliária do Algarve, Lda.

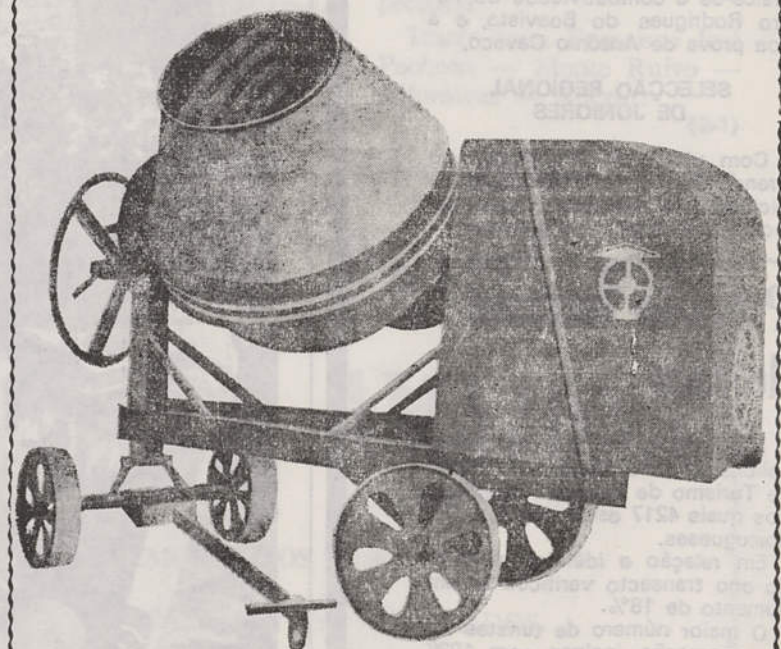
ALUGUER, VENDAS E ADMINISTRAÇÃO
COMPRA — VENDE — ALUGA:

APARTAMENTOS, MORADIAS, TERRENOS
BILHETES DAS EMPRESAS:
MUNDIAL TURISMO E RODOVIÁRIA NACIONAL

★

Telef. 65763 — Rua Diogo Cão, 12 (junto ao Turismo)
QUARTEIRA — ALGARVE

BETONEIRAS



— DIESEL E ELÉCTRICAS
— STOCKS PERMANENTES
— ENTREGAS IMEDIATAS

MARQUES & C.ª LDA.

Rua 25 de Abril, 55 — 8400 LAGOA — Telef. 52409

II Reunião dos Antigos Alunos e Professores do Colégio «Almeida Garrett»

Decorreu no passado dia 30 de Junho, nas antigas instalações do Colégio Almeida Garrett, um programa de convívio que reuniu antigos professores e alunos daquela prestigiosa instituição, que com idades com-

preendidas entre os 20 e os 79 anos, puderam assim rever tempos passados e amizades antigas.

Tudo começou com uma recepção aos alunos, por Directores e Professores. Seguiu-se uma Missa por alma dos Garreanos falecidos, tendo depois, o Teatro-Ginásio, sido palco de um concorrido almoço. Houve uma visita às instalações, a que se seguiu um Tempo Livre para Manifestação Artística dos Antigos Alunos e Professores, onde a participação foi extraordinária de entusiasmo, com múltiplas acções de Poesia, Música, Canto, Ilusionismo e diversas demonstrações de talento. Uma jornada exemplar.

VENDE-SE

— Um prédio com 3 apartamentos.

Completo ou por andares, sendo o 2.º andar com chave na mão

— Um prédio mais pequeno, ambos os prédios ficam na R. Bernardo Passos, em Loulé.

Informa: Manuel de Sousa Leal Soalheira - Vilarinhos - S. Brás de Alportel.

(4-3)

VENDE-SE - HORTA

Com 5 000 m2 terra, cercada de parede com 200 laranjeiras e outras árvores de ruta e vinha toda em volta, a 1 km de Vilamoura e a 50 m da Estrada principal. Tratar pelo Telef. 62968 ou 62786 — LOULÉ.

(4-4)

Vende-se prédio

Na Avenida Marçal Pacheco, n.º 56-58, 1.º andar e r/chão.

Informa: Avenida José da Costa Mealha, 3-5 ou telefone 63101 — LOULÉ.

(4-2)

Tem carta de marinheiro ou licença de desportista náutico?

QUER UM TRABALHO SAUDÁVEL E DE BOAS RELAÇÕES PÚBLICAS?

CONTACTE:

Av. José da Costa Mealha, 144 - 3.º Esq. — LOULÉ

ESCRITÓRIO / PRECISA-SE

PARA ALUGAR, EM PRÉDIO NOVO OU ANTIGO, COM 2/3 ASSOALHADAS. DE PREFERÊNCIA NA AVENIDA JOSÉ DA COSTA MEALHA.

RESPOSTAS AO APARTADO 91 — LOULÉ.

EMIGRANTES

Ou outros, podemos proporcionar-lhe uma excelente oportunidade de começar ou reiniciar uma vida nova no Algarve.

Em Almansil - Nexa, dispomos de cerca de 600 m2 c/ infraestruturas p/ comércio, óptima habitação e grandes quintais.

Contactar: Durante o mês de Julho telef. 62413 em Loulé e a partir de Julho Telef. 604869 Lisboa (depois das 21.00 h.).

(2-1)

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-108, de fls. 54 a 56, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Júlia Maria Marques Maceta, viúva, e Maria Carolina Marques Maceta da Luz, e marido, Eng.º João Inácio da Luz, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, todos residentes na vila e concelho de Olhão, identificados na mesma, respectivamente, nas alíneas a) e b), declararam o seguinte:

Que por virtude da escritura de partilha, com prévia conferência de bens doados, lavrada em 14 de Dezembro de 1971, a fls. 19, do livro n.º A-55, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, são donos e legítimos possuidores, em comum e na proporção de 1/4 para a justificante identificada na alínea a) e de 3/4 para os justificantes identificados na alínea b), com exclusão de outrem, do prédio misto, denominado «Calçadinha», no sítio da Calçadinha, freguesia de Alte, concelho de Loulé, devidamente identificado nessa escritura sob a verba número um, formado pela reunião dos descritos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob os números doze mil cento e oitenta e cinco, a folhas cento e trinta e seis, do livro B-trin-

ta e um, e vinte mil e setenta e oito, a folhas cento e nove, verso, do livro B-cinquenta e um;

Que não lhes é possível registar na aludida Conservatória, as partes aliquotas que possuem no prédio misto que acaba de ser identificado, porquanto:

o descrito sob o citado número vinte mil e setenta e oito, a folhas cento e nove, verso, do livro B-cinquenta e um, a que corresponde o artigo rústico número sete mil oitocentos e dois, da dita freguesia de Alte, com o valor matricial de seiscentos e oitenta escudos, e a que atribuem, para efeitos notariais e de registo o de doze mil escudos, se encontra tão somente registado a favor do autor da herança Jacinto Fialho Maceta, ao tempo viúvo, que foi residente na povoação e freguesia de Alte, concelho de Loulé, na proporção de quatro/quintos indivisos, pela inscrição número dez mil cento e doze, a folhas sessenta e quatro, do livro F-onze — que se encontra em vigor e recai sobre a citada descrição predial número vinte mil e setenta e oito — efectuada com base na escritura de onze de Abril de mil novecentos e dezanove, lavrada a folhas vinte e quatro, verso, do livro número cinquenta e nove, de notas, do falecido notário que foi nesta comarca, Bacharel João Augusto de Melo e Sabo, cujo arquivo transitou para a antiga secção desta Secretaria, actual Primeiro Cartório; a verdade, porém, é que,

o prédio descrito sob o citado número vinte mil e setenta e oito, pertencia na sua totalidade, aos bens comuns do casal constituído pelo aludido autor da herança, Jacinto Fialho Maceta e mulher, Júlia Maria Marques Maceta, ela justificante, porquanto ainda no estado de viúvo de sua primeira mulher, Maria das Dores Pontes Maceta, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do fim do ano de mil novecentos e dezanove, haver adquirido pelo preço de cem escudos, a restante quinta

parte indivisa daquele prédio, a Manuel Madeira e mulher, Virgínia das Dores Dias, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, que foram residentes na povoação e freguesia dita de Alte, deste concelho, por mero escrito particular, que se extraviou; sendo também certo,

Que desde aquela data, inicialmente o referido Jacinto Fialho Maceta e posteriormente ao seu casamento de segundas núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, com ela justificante, Júlia Maria Marques Maceta, ambos, passaram a possuir a totalidade do prédio descrito sob o citado número vinte mil e setenta e oito, em nome próprio, e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, uma posse pacífica, contínua e pública, pelo que muito antes da data da citada escritura de catorze de Dezembro de mil novecentos e setenta e um, o mesmo havia também já sido adquirido por usucapião.

Que em face do exposto, não lhes é possível comprovar o direito de propriedade perfeita, dos aludidos Jacinto Fialho Maceta e mulher, ela justificante, sobre a totalidade do prédio descrito sob o citado número vinte mil e setenta e oito, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Julho de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

TRESPASSA - SE

Dois estabelecimentos de tecidos e confecções, com ou sem existência, servindo para qualquer ramo de comércio, no melhor local da rua do Comércio em OLHÃO.

Tratar pelos telefones 72635 ou 72529 — OLHÃO.

Armazém ou loja

PRECISA-SE

Em Loulé, Faro ou Quarteira.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Uma propriedade no sítio da Costa — Loulé (próximo do cemitério) com terra de semear, figueiras, ameijeiras, oliveiras, com um armazém, água canalizada e electricidade próximo.

Nesta Redacção se informa.

(4-1)

PRÉDIO VENDE-SE

Com chave na mão, na Rua Gil Vicente, 23.

Tratar pelo Telef. 62765 — LOULÉ.

(4-1)

Trespasa-se

Estabelecimento, Largo Gago Coutinho.

Nesta redacção se informa.

Vende-se

Um tractor Ferguson 165, com alfaias e atrelado.

Informa: José Vitalino Guerreiro Fernandes — Telef. 63020 — Goncinha — LOULÉ.

ARMAZÉM — ALUGA-SE

No sítio da Goncinha, com 160 m2.

Tratar com Dionísio Barros Viegas — Rua dos Combatentes da G. Guerra, 22 - 1.º — LOULÉ.

FINALMENTE!

CHOCOLATE FEITO À BASE DE ALFARROBA

Por gentileza da Fábrica de Chocolates Favorita, a solicitação do nosso prezado amigo e assinante, Dr. António de Sousa Pontes, foram enviados alguns exemplares de tabletes de chocolate feito a partir da farinha da alfarroba.

Desde há muitos anos que se vêm testando diversas aplicações para a alfarroba, que, como se sabe, é imensamente rica em açúcares, de onde, esta hipótese, hoje já realidade bem sucedida, de fabricar industrialmente chocolate com base naquele fruto, em que o Algarve é particularmente rico.

Um dos maiores entusiastas no estudo das aplicações a dar à alfarroba tem sido o Dr. António de Sousa Pontes que, inclusive, ao longo de vários anos publicou nas nossas páginas, valiosos contributos de carácter técnico-económico, neste domínio.

Com o arranque que a Favorita resolveu empreender, ao lançar no mercado as tabletes marca «CAROB», abrem-se novas perspectivas aos produtores al-

garvios, pois que, para além desta indústria, é bem provável que arranquem paralelamente outras à base de alfarroba, o que virá beneficiar o escoamento deste produto, ultimamente com períodos alternados de bom e mau funcionamento do mercado.

Sobre a tablete em si, e quanto ao seu sabor, nós aqui na redacção de «A Voz de Loulé» podemos garantir que se trata de um chocolate que não fica nada a dever a quantos por aí se vendem. E falamos com conhecimento de causa! Nham! Nham!...

LUIZ PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,
n.º 31 — Tel. 62406

LOULÉ

A Associação dos Comerciantes do Distrito de Faro

DEFENDE OS INTERESSES DOS COMERCIANTES.
INSCREVA-SE JÁ! INFORME-SE PELO TELEFONE
N.º 22524 OU NA RUA DA MARINHA, N.º 11-1.º
— FARO.

TERRENOS

ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA —
R. SERPA PINTO, 1 A 13 — TELFF. 62634 — LOULÉ.

Casa Simão

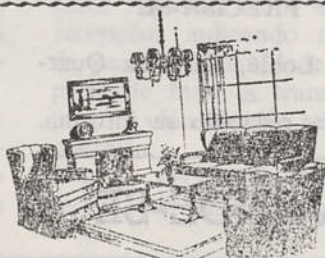
A MOBILADORA

ANTÓNIO SIMÃO VIEGAS, LDA.

34, Avenida Marçal Pacheco, 35 a 51
Praça da República, 8 — Telefone 62110 PP

LOULÉ

Móveis completos em todos os estilos e móveis avulsos
Candeeiros — Decorações — Estofos — Colchoaria



Limitada a abertura de poços e furos de captação de água

(continuação da pág. 1)

terráneas, por parte de diversos sectores de actividade e em especial a agricultura, tem sido feita de modo indisciplinado e sem intervenção dos organismos estatais competentes. Atingem-se nalguns casos níveis de exploração superiores às recargas naturais de águas pluviais, o que se manifesta pelo abaixamento preocupante dos níveis piezométricos, com risco de exaustão ou salgamento progressivo dos aquíferos, sempre de difícil recuperação e em muitos casos irreversíveis.

Assim do Ministério de Habitação e Obras Públicas emanou a Portaria n.º 251/79 de 30 de Maio, publicada no Diário da República n.º 124 de 30-5-79, I Série, que, de entre outras disposições, torna extensivo para quase todos os concelhos do Algarve o Decreto-Lei n.º 376/77 de 5 de Setembro, publicado no Diário da República n.º 205 de 5 de Setembro de 1977, I Série, sujeitando a licenciamento prévio e a determinadas condições a abertura de poços e furos para captação e extracção de água subterrânea.

ALGUMAS DISPOSIÇÕES INSERIDAS NOS DIPLOMAS REFERIDOS

Concelhos abrangidos: Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Silves, Lagoa, Albufeira, Loulé, S. Brás de Alportel, Faro, Olhão, Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Carecem de prévia licença a abertura de poços e furos de pesquisa e de captação de água com profundidade superior a 20 mts., ainda que se destinem a substituir outros poços ou furos existentes e a execução de quaisquer obras e trabalhos destinados a alterar as condições de captação dos poços e furos existentes, desde que resulte ser excedida aquela profundidade.

A licença deve ser pedida em requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico e apresentado na Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hídricos.

O requerimento, assinado pelo

Monte vende-se

A 2 Km de Loulé, com alfarrobeiras, oliveiras e amendoeiras, cisterna, luz e facilidades de regadio. Tem duas casas de residência e grande armazém.

Perto da estrada Loulé-Queirença, no sítio de Corgos de Santa Luzia (sítio do Paixanito).

Tratar pelo Telefone 62175 — LOULÉ.

(4-2)

proprietário do terreno onde se pretende executar a pesquisa ou a captação de água subterrânea e pelo dono da obra, se não for a mesma entidade, e com as assinaturas reconhecidas por notário, será acompanhado duma memória descritiva, em triplicado, contendo os seguintes elementos:

— Localização do poço ou furo (propriedade, lugar, freguesia, concelho e planta na escala de 1:25000 ou indicação das coordenadas);

— Tipo de pesquisa ou de captação e profundidade prevista;

— Caudal pretendido e finalidade a que se destina;

— Equipamento cuja instalação se prevê.

Após a obtenção do licenciamento, os trabalhos de execução da pesquisa ou da captação não poderão ser iniciados sem que a empresa que for executar a obra apresente na DGRAH uma declaração, devidamente autenticada, em que se responsabilize, conjuntamente com o dono da obra, pelo cumprimento integral das disposições contidas no Decreto-Lei n.º 366/77.

No prazo de cento e oitenta dias a contar de 30-5-79, os possuidores quer públicos quer privados, de poços ou furos de captação de água existentes na área dos concelhos referidos que excedam os 20 m de profundidade e ainda não tenham sido manifestados são obrigados a fazer o respectivo manifesto na DGRAH em

impresso que para o efeito lhes serão fornecidos por aquela Direcção Geral e seus serviços externos ou pelas Câmaras Municipais dos respectivos concelhos.

Também no prazo de cento e oitenta dias a contar de 30-5-79 e na área referida os possuidores de poços ou furos dos quais seja extraído um volume de água superior a 500 m³ em qualquer mês do ano o que, embora não atingindo este valor, esteja provido de meios de extracção susceptíveis de proporcionar caudais instantâneos superiores a 5 L/s, serão obrigatoriamente munidos de aparelhagem que permita conhecer com suficiente rigor os volumes totais de água extraídos mensalmente.

No Algarve, a entidade que representa a Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hídricos é a Direcção Hidráulica do Guadiana, com sede em Faro, com duas Secções Hidráulicas, cujos endereços são:

Faro — Rua Dr. José de Matos, 14-E.

Portimão — Edifício da Câmara Municipal.

Faro, aos 26 de Junho de 1979.

O Director Regional

Agradece graça recebida, ao Divino Espírito Santo.

A. L. E.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

INSCREVA-SE JÁ NA ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO DISTRITO DE FARO. PARA MAIS INFORMAÇÕES DIRIJA-SE A RUA DA MARINHA, N.º 11-1.º EM FARO OU PELO TELEFONE N.º 22524.

FAMEL - ZUNDAPP

A GRANDE VENCEDORA DOS CAMPEONATOS

NACIONAIS DE 76, 77 E 78!

Motorizadas FAMEL - ZUNDAPP

um conjunto de confiança!

FAMEL — ÁGUEDA

Aceitam-se propostas

A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DE JOÃO INÁCIO — FARO, ACEITA PROPOSTAS ATÉ 25/7/79, PARA A COMPRA DE DIVERSOS CAMIONS, AUTOMÓVEIS LIGEIROS, DIVERSOS PRODUTOS PARA A AGRICULTURA, APARTAMENTO EM SETÚBAL, METADE DO TERRENO DE UM LOTEAMENTO NO SÍTIO DAS FIGURAS, E TRESPASSES DE ARMAZENS E ESCRITÓRIO.

AS PROPOSTAS DEVEM SER DIRIGIDAS À COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DE JOÃO INÁCIO — APARTADO 44, 8000 FARO.

DÃO-SE INFORMAÇÕES NO LARGO DE CAMÕES, 8 — TEL. 22471 — 8000 FARO.

A IMPRENSA REGIONAL E O SEU ASSOCIATIVISMO (II)

Concluímos hoje, com a publicação da 2.ª parte, o trabalho de Ofir Chagas, ilustre director do nosso colega «O Távira» sobre a temática da Imprensa Regional e o Seu Associativismo, trabalho que, vem dar uma alicia na discussão sobre o que deve e vai ser a Associação da Imprensa Algarvia, recentemente criada. Foi nesse sentido, e porque consideramos o artigo em questão, magnificamente elaborado e bastante oportuno, que lhe demos o espaço das nossas páginas.

Podemos chamar a atenção para um exemplo, de todos nós conhecido, que se relaciona com o subsídio para papel, recentemente distribuído pela S. E. C. S.

Que benefícios trouxe ele para os pequenos jornais, muito especialmente para aqueles que, como nós, repudiam todo e qualquer género de subsídios que deixe rastros de dependência, advogando em seu lugar facilidades generalizadas que permitam encarar o futuro da Imprensa Regional e respeitar o trabalho do jornalista-amador?

E neste sentido, que fez já a Associação Nacional da Imprensa Não Diária?

Que valor, que estímulo se procurou dar ao colaborador da Imprensa Regional, que somos todos nós, ao qual não lhe é reconhecida qualificação profissional, e como tal, definido como parte integrante do jornal que serve?

Nadal, será precisamente para este facto que procuraremos expor e defender o tema que escolhemos.

Não será lógico dissociar um jornal regional, com as características de maioria dos da Im-

pressão Regional Portuguesa, dos seus próprios colaboradores. Neste conjunto, jornal-jornalista-amador, não se encontram classes distintas que se oponham por defesa de interesses sectoriais. Antes pelo contrário os objectivos são comuns, o idealismo assenta em bases afins, pelo que a Imprensa Regional será a resultante do esforço conjunto dos órgãos de comunicação social regionais e dos jornalistas-amadores, que lhes dão vida.

Daí a necessidade daquele associativismo a que referimos no princípio deste trabalho, no qual se possa vir a reunir, por uma só causa e defesa, os jornais e jornalistas-amadores da Imprensa Regional Portuguesa.

Não cremos que seja utópica esta ideia. Pelo contrário, este trabalho é resultante da maturação da hipótese já encarada pela Imprensa Regional Algarvia, na sequência dos três encontros, que desde Abril de 1978, veio realizando, no último dos quais, promovido pelo nosso colega «Sporting Olanense», foi aprovada a criação da Associação de Jornais e Jornalistas-Amadores do Algarve.

Evidentemente que, se nos perguntarmos se essa Associação irá encontrar base de apoio suficiente para resolver as carências e os graves problemas que afectam a Imprensa Regional do Algarve, arrancar-nos-ão uma negativa. Mas, terá de concordar-se que esta unificação é um passo importante, dado é certo, isoladamente, mas que pode ser tomado como exemplo e como ponto de partida para um Movimento Associativo, que venha dar lugar à construção de um suporte válido da Imprensa Regional, em Portugal.

Para já, entre outros objectivos

previstos no âmbito da Associação de Imprensa Algarvia, procura-se a criação de um apoio jurídico que permita a defesa de qualquer colaborador-associado, perante acções interpostas por alegado «abuso de liberdade de imprensa». Em face da actual Lei da Imprensa, achamos que este objectivo é de inegável contributo para respeito e salvaguarda dos princípios de independência que, quanto a nós, devem ser a principal preocupação de todos e de cada um de nós, jornalistas-Amadores.

Outra função conotada com a A. I. A., prende-se com uma possível formação e valorização daqueles que escrevem para os jornais da Província para além do fraternal convívio que, por natureza, ela venha a proporcionar.

Também os problemas de origem económica e ligados à composição e impressão dos jornais, poderão ser analisados nesta Associação. E se ela não vier a ter peso suficiente para junto dos Poderes Constituídos procurar soluções para esses mesmos problemas, mesmo assim a sua «voz» poderá repetir-se, incansavelmente, porque ela constitui a razão colectiva de um sector.

Todavia a Associação de Imprensa Algarvia, pode deixar de ser uma voz isolada na defesa dos interesses da Imprensa Regional, se outras regiões portuguesas, se outras Províncias deste País, segundo a ideia agora posta em prática pelos algarvios, se reunirem em Associações idênticas e que estas num Movimento Nacional possam, então, fazer nascer um verdadeiro Órgão representativo e conhecedor directo das carências comuns e individuais dos jornais de província.

Então, sim. A Imprensa Regional poderá encontrar a sua verdadeira identidade, chamando a si o respeito que lhe é devido, e a procura de soluções para as carências sufocadoras da verdadeira liberdade de expressão.

Ora, dada a oportunidade que este Encontro Nacional da Imprensa Regional nos proporciona, será o momento ideal para todos nós nos debruçarmos na análise sobre aquilo que para os jornais de província representa a Associação Nacional da Imprensa Não Diária, como Órgão objectivo e funcional. E se as conclusões tiradas dessa análise forem idênticas àquelas, a que há muito chegaram os jornais algarvios, então estará confirmada a necessidade de estruturar um verdadeiro Movimento, a nível nacional, de toda a Imprensa Regional Portuguesa.

Na certeza de que todos os Prezados Colegas, muito especialmente aqueles (e muitos são), que tudo dão ao jornalismo regional, ao jornalismo amador, e que nada pedem como compensação de um trabalho profícuo, árduo, mas realizador, sentirão os mesmos problemas que nós algarvios, e, também, a necessidade de sermos fortes e independentes, para levarmos a cabo, sem tibiezas, a função social que nos propusemos, então estaremos conscientes em propôr, que:

— Seja analisada a possibilidade de reunir em Associações Regionais, os Jornais e Jornalistas-Amadores, de todo o País, e a possibilidade destas virem a constituir-se numa Federação, como Centro de representatividade de todos aqueles que trabalham para a IMPRENSA REGIONAL PORTUGUESA.

VENDE-SE

Apartamento, situado na Urbanização Expansão Sul, com 4 assoalhadas.

Com chave na mão.

Nesta redacção se informa.

A LINDA CONSTITUIÇÃO QUE NOS DERAM

(III)

(Continuação)

No artigo 9 estabelece-se que uma das tarefas principais do Estado é socializar os meios de produção e a riqueza, coisa que já se fez em grande parte, como se a socialização fosse a panaceia que curasse as dores e carências sociais.

Nacionalizaram-se os bancos e instrumentalizou-se o povo para o convencer que a banca, «arrancada às garras do capitalismo», é agora sua. Nestas circunstâncias o povo pode dizer «gloriosamente: a Banca é nossa. Agora, cada cidadão pode dizer: este Banco é meu, aquele Banco é nosso. Assim se enriqueceram os mais desprotegidos da sorte que passaram a ser proprietários dos bancos, que quer dizer da riqueza:

O Banco Espírito Santo que era propriedade de uma família, enriquecida por isso, passou agora a ser nosso, de todos nós, que por razão igual somos agora todos ricos, nadando em dinheiro, «especialmente as classes trabalhadoras», abolindo-se assim a opressão e a exploração do homem pelo homem» como é tarefa fundamental do Estado, segundo o mesmo artigo 9 da Constituição.

E tudo obra do comunismo que avassala toda a Nação, atarantada após o 25 de Abril, e que repudiava a ideia da elaboração de uma Constituição, a qual agora ele defende afincadamente por ter logrado ser obra sua.

Ainda teremos de aturar esta linda Constituição durante três anos, o que não dispensa uma grande dose de paciência de todos os portugueses que, abarrotados de dinheiro, cansam as mãos estendidas à caridade internacional.

Este socialismo que o comunismo nos brindou nesta linda Constituição não é o de miséria, que também não seria consentido pelo Primeiro Ministro Dr. Mário Soares que sempre o tem negado e repudiado; é o da fartura de fome.

Prova esta asserção o facto das queixas ininterruptas que se ouvem de manhã à noite na R. D. P., e lê-se na imprensa diária e eventual, nas reivindicações salariais do proletariado enriquecido com os bens dos Bancos e dos ricos, agora oprimidos e espoliados.

É ouvir a rádio de manhã e lá estão os gritos e apóstrofes do proletariado, contra os patrões que não lhe dá os salários que ele exige mas conquistará com novas formas de luta que não excluem a violência; ouça-se a rádio durante o dia e durante a noite que lá se encontrarão as ameaças de novas formas de luta já ouvidas na parte da manhã; abram-se os jornais diários e todos os dias encontraremos aí os mesmos uivos do leão (proletariado) enraivecido contra o patrão que não lhe sacia a fome.

Tudo isto e muito mais se encontra nos Princípios Fundamentais da linda Constituição que nos deram e que nós, democratas, acataremos, por mor dos princípios, ainda durante três longos anos, e não mais...

DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS

Esta linda Constituição que nos deram não permite mais do que 250 Deputados na Assembleia da República; mas ela recolheu no seu seio 263 eleitos, e faz que não lê o preceito orgânico institucional; a mesma preceitua o n.º 2 do art.º 3.º que «O Movimento das Forças Armadas» «participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania»; mas esse Movimento, juridicamente já não existe.

Deste modo verifica-se que duas das figuras constituintes — o número limite de deputados e o M. F. A. — não são vivas e jazem, quando muito, nos arcosfagos da Constituição.

Mas nós estamos nos Direitos e deveres fundamentais e aqui nos atemos no artigo 13.º, o que é mau preságio.

2.º Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Neste salmo constitucional, recheado de boas palavras que escondem o logro e o cinismo mais melistofélico que a raça humana jamais conheceu, encontra-se plasmada a mentalidade comunista.

Privilegiado, beneficiado, por motivos políticos ou ideológicos? Ah! não o comunismo não consente isso aos outros.

Prejudicar ou privar de qualquer direito, em razão de raça, de convicções políticas ou ideológicas, da situação económica ou condição social, isso nunca, a ninguém, porque a tal monstruosidade se opõe firmemente o «sen» comunista que defende de alma e coração os direitos do homem...

Vejam-se então o que estabelece a constituição contra os privilegiados.

O artigo 9 decide que é tarefa fundamental do Estado socializar os meios de produção e criar as condições que permitam promover o bem estar do povo, «especialmente das classes trabalhadoras».

Ora, o advérbio de modo «especialmente», significa em língua portuguesa, uma distinção; e aqui, em primeiro lugar, as classes trabalhadoras, depois o povo.

(Continua)

Concurso de Construções na Areia em praias do Algarve

Em cinco praias do Algarve vão realizar-se fases locais do «CONCURSO DE CONSTRUÇÕES NA AREIA», uma iniciativa do «Diário de Notícias», com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve e que este ano ganha um especial significado com as comemorações do «Ano Internacional da Criança». É o seguinte o calendário:

Dia 24 (3.ª Feira) — Monte Gordo às 18 horas.
Dia 25 (4.ª Feira) — Praia de Faro às 18 horas.
Dia 26 (5.ª Feira) — Praia de Quarteira às 18 horas.
Dia 28 (Sábado) — Armação de Pera às 18.15 horas.

Dia 29 (Domingo) — Torralta, Alvor, às 18.45 horas.
As inscrições para participação no «Concurso de Construções na Areia» encontram-se abertas nos Postos de Turismo.

Trespasa-se

O Restaurante «O Abrigo» junto à Shell, nas Quatro-Estradas, por motivo de retirada. Tratar com Madeira ou Afonso.

(3-3)

PAPELARIA E LIVRARIA SAGRES

FARO

A FOC-ESCOLAR TEM O PRAZER DE INFORMAR OS SENHORES PROFESSORES E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO QUE NOMEOU SEU AGENTE DISTRIBUIDOR NO DISTRITO DE FARO, A PAPELARIA E LIVRARIA SAGRES, RUA D. JOÃO DE CASTRO, 10 - FARO.

FOC ESCOLAR

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO PARA ESCOLAS, S.A.R.L.

KARATHANE LC

o anti-oidio bem conhecido dos viticultores portugueses

Sr. Viticultor

se comparar a qualidade e o preço do KARATHANE LC por certo concluirá que é o seu anti-oidio preferido

Um produto com a garantia:

ROHM & HAAS

Distribuído em Portugal por:

ZELTIA VALAGRO

VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, S. A. R. L.

AVENIDA D. CARLOS I, 42-3.º, TEL. 602374 - 1200-LISBOA

Filial: ALCOBACA-ÉVORA-PORTO

T. VEDRAS - VALA DO CARREGADO

AV. DA LIBERDADE, 190 TEL. 5481 412/3/4

1102-LISBOA

RUA DA BOAVISTA, 44 TEL. 31 21 07

4000-PORTO

TURICARNES — Sociedade Algarvia de Produtos Alimentares, Limitada

NOTARIADO PORTUGUÊS
CARTÓRIO NOTARIAL
DO CONCELHO
DE OLHÃO

Notária: Lic. Maria do Carmo Vilhena Sequeira e Serpa Leal Cabrita

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura desta data, exarada de folhas oitenta e quatro a folhas oitenta e cinco verso do livro número A-cento e vinte e cinco de notas para escrituras diversas deste Cartório, o sócio da sociedade «TURICARNES — SOCIEDADE ALGARVIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LIMITADA», com sede em Vilamoura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, Dr. Manuel Carlos da Silveira Leite da Cunha Vasconcelos, dividiu a quota de valor nominal de oitocentos mil escudos, que possuía na dita sociedade, em duas novas quotas, uma de seiscentos mil escudos e outra de duzentos mil escudos, e cedeu-as, por iguais valores, respectivamente a Epitácia Maria Adro Simão Chagas (a primeira) e a segunda a Fernando dos Santos Pereira;

Pela mesma escritura o sócio cedente renunciou às suas funções de gerente e foram nomeados gerentes os novos sócios (cessionários); foram unificadas as quotas do sócio Domingos Chagas e foi alterado o artigo terceiro do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

TERCEIRO — O capital so-

cial integralmente realizado em dinheiro é de dois mil contos e corresponde à soma das quotas dos sócios do seguinte modo: Domingos Chagas, com uma quota de mil e duzentos contos; Epitácia Maria Adro Simão Chagas, com uma quota de seiscentos contos; e Fernando dos Santos Pereira com uma quota de duzentos contos.

Está conforme o original, a que me reporto, declarando que da parte omitida nada há que altere, prejudique, condicione ou modifique a parte transcrita.

Cartório Notarial de Olhão, aos vinte e nove de Junho de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante,
António Gomes Relógio Júnior

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que por escritura lavrada no dia 5 do mês corrente, de fls. 12, v. a 13, v. do livro n.º A-108, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima re-

Fábrica de Confeitaria e Pastelaria Lusitânia do Sul, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 26 v.º a 27, v. do livro n.º C-108, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, o capital da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Afonso de Albuquerque, n.º 105, desta vila e freguesia de S. Clemente, que gira sob a denominação de «Fábrica de Confeitaria e Pastelaria Lusitânia do Sul, Lda.», foi aumentado de 3 000 000\$00, para

9 000 000\$00, tendo o aumento no montante de 6 000 000\$, sido subscrito pelo sócio Silvestre Rodrigues Gomes, o qual unificou esta sua nova quota com a anterior, tendo, em consequência, pela mesma escritura, sido alterado o art.º 3.º do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

Art.º 3.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, e nos outros valores constantes da respectiva escritura, é de 9 000\$00, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

uma de 8 950 000\$00, pertencente ao sócio Silvestre Rodrigues Gomes;

e outra de 50 000\$00, pertencente ao sócio Custódio Rodrigues Gomes.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 6 de Julho de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A Voz de Loulé, n.º 735 de 19-7-79

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DE LOULÉ

(2.ª Secção)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Na acção especial de divisão de coisa comum que José Mendes Cavaco e mulher Alice Guerreiro de Mendonça, Clareanes, S. Clemente, Loulé, move em contra JOAQUIM CORREIA MENDONÇA, casado, ausente em parte incerta e cuja última morada conhecida foi na Renda, S. Sebastião, Loulé, e outros, é este réu citado para contestar essa acção, no prazo de 10 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, esta a contar da 2.ª publicação deste anúncio, sob pena de se proceder à adjudicação ou à venda dos prédios rústicos identificados na petição inicial da acção, cujo duplicado será entregue quando solicitado.

Loulé, 30 de Junho de 1979.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O escrivão de direito,
João Maria Martins da Silva

VENDE-SE

Um Austin Sprite (descapotável) e mota de 250 Java.
Contactar: telef. 62412 — LOULÉ.

GABINETE TÉCNICO DE ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO CIVIL

PLANTAS — PROJECTOS — CALCULOS — ESTUDOS

Rua da Matriz, 11
LOULÉ

Telf. 95153
Vila Nova de Cacela
(10-9)

COOPERATIVA DE CONSUMO

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada
Maria Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura lavrada de folhas trinta e oito, verso a folhas cinquenta e uma, do Livro n.º A-58, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima indicado, outorgada no dia 27 de Abril, findo, foi constituída uma sociedade cooperativa de consumo, sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada, com denominação de «Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores da EDP no Algarve, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade

de Limitada, com sede no sítio da Campina de Cima, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, cujo objecto consiste na aquisição de artigos de consumo ao produtor e distribuí-los aos seus associados nas melhores condições e preço, que durará por tempo indeterminado, com o capital social mínimo de dez mil escudos, integralmente realizado em dinheiro, representado por acções nominativas de 100\$00, devendo cada sócio subscrever uma acção, no mínimo, e dez no máximo, e são admitidos e excluídos pela Direcção, os quais podem demitir-se apresentando o seu pedido por escrito à Direcção. Está conforme ao original.

Secretaria Notarial de Loulé, 25 de Maio de 1979.

O 3.º ajudante,
Maria de Fátima Guerreiro Rodrigues

JALEX - PUBLICIDADE

RECLAMOS LUMINOSOS

CARTAZES PUBLICITÁRIOS

Telefone 53247
Rua 5 de Outubro

ALBUFEIRA
(10-3)

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE ALBUFEIRA

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

No dia 12 do próximo mês de Outubro, às 15 horas, à porta do Tribunal Judicial de Albufeira, nos autos de carta precatória vinda do 11.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa e extraída dos autos de EXECUÇÃO DE SENTENÇA de condenação com o n.º 8174-A, 1.ª secção, que o Banco Pinto & Sotto Mayor, E.P. com sede em Lisboa move à executada ALMIRUR — Urbanizações e Construções SARL, com sede em Lisboa na Rua Conde Redondo, n.º 64, 4.º direito, será posto em praça pela 1.ª vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, o seguinte prédio penhorado àquela executada:

«Prédio rústico, composto de terra de sementeira com árvores, sito no Vale Navio, freguesia de Albufeira, confrontando do nascente com ribeiro, do norte com Mariana da Conceição Marradinho e outro e do poente e sul com caminho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sob o n.º 8387 a fls. 21 v.º do Livro B-22, e inscrito sob o artigo matricial 4925, o qual vai à praça no valor de QUATRO-CENTOS MIL ESCUDOS».

Albufeira, 6/7/1979.

O Juiz de Direito
Arlindo Manuel Teixeira Pinto

O escrivão de Direito,
Manuel Luís Marreiros dos Reis

VENDE-SE

Um rádio recreativo C. B., em bom estado c/ respectiva antena.

Tratar: na Rua Serpa Pinto, n.º 69 — LOULÉ.

VENDEM-SE

Dois armazéns geminados, na Rua Sá de Miranda em Loulé.

Excelente para construção nova.

Informa: JoséInácio Coelho — Rua da Carreira — LOULÉ.

VENDE-SE

Um rádio com leitor de cassetes em estado novo e ainda c/ garantia.

Tratar: telef. 94286 — Almansil.

VENDEM-SE

Portas, janelas e portões em 2.ª mão.

Tratar: Rua Infante D. Henrique, n.º 47 — LOULÉ.

Sociedade Agrícola de Vilamoura, S. A. R. L.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1978

Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas:
1 — Com o exercício de 1978 completou-se o décimo primeiro ano de actividade da sociedade.

No seu decurso e na sequência da execução do plano de desenvolvimento elaborado em 1976, tiveram expressão digna de men-

ção, pelos resultados favoráveis alcançados, as seguintes diligências ou acções, referidas sucessivamente aos principais objectivos desse plano:

— Evolução da produção de

leite e da disponibilidade de reprodutores

Interrompido o contraste lacto-manteigueiro e o registo genealógico por motivos alheios à exploração, foi conseguido, após in-

sistência junto dos serviços oficiais da especialidade, o seu restabelecimento de forma a permitir não só a percepção dos subsídios dele dependentes como também o futuro reconhecimento dum
(continua na pág. 10)

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

ACTIVO			PASSIVO		
	Activo Bruto	Prov., Amort. e Reintegrações	Activo Líquido		Passivo e Situação líquida
DISPONIBILIDADES				DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Caixa	108 113\$60		108 113\$60	Clientes, c/ c.	843\$00
Depósitos à Ordem	136 737\$90		136 737\$90	Adiantamentos de clientes	473 437\$50
	244 851 \$50		244 851\$50	Fornecedores, c/ gerais	3 008 947\$00
				Fornecedores, c/ fact. em recep. e conferência	502 250\$00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				Empréstimos bancários	3 374 145\$00
Clientes, c/ gerais	1 979 995\$00		1 979 995\$00	Sector público estatal	3 743 169\$40
Fornecedores c/ c.	26 181\$00		26 181\$00	Credores por fornec. de imobilizado, c/ c.	243 205\$00
Adiantamentos a fornecedores	131 815\$00		131 815\$00	Outros credores, c/ gerais	10 389 783\$70
Outros devedores	436 448\$20		436 448\$20	Provisões para impostos s/ os lucros	3 200\$00
	2 574 439\$20		2 574 439\$20		21 738 980\$60
EXISTÊNCIAS				DÉBITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	
Produtos acabados e semiacabados	11 110 733\$00		11 110 733\$00	Empréstimos bancários	19 000 000\$00
Subprodutos, desp., resid. e refugos	1 612\$00		1 612\$00	Outros empréstimos obtidos	842 491\$10
Produtos e trabalhos em curso	1 054 480\$50		1 054 480\$50		19 842 491\$10
Matérias primas, subsid. e de consumo	3 372 338\$70		3 372 338\$70	TOTAL DO PASSIVO	41 581 471\$70
	15 539 164\$20		15 539 164\$20		
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS				SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Participações de capital n/ empresa	20 740\$00		20 740\$00	CAPITAL	
	20 740\$00		20 740\$00	Capital social	4 200 000\$00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				RESERVAS	
Edifícios e outras construções	11 067 551\$20	2 031 733\$50	9 035 817\$70	Reservas estatutárias	207 153\$60
Equip. bas. e outr. máquinas e inst.	12 013 736\$30	5 274 540\$50	6 739 195\$80	RESULTADOS TRANSITADOS	
Ferramentas e utensílios	365 091\$90	149 632\$70	215 459\$20	Exercício de 1976	+ 582 248\$00
Material de carga e transporte	732 057\$00	381 621\$60	350 435\$40	Exercício de 1977	— 1 703 049\$40
Equip. Administrativo e social e mob. div.	443 863\$40	105 655\$80	338 207\$60		— 1 120 801\$40
Benfeitorias	447 093\$30		447 093\$30	RESULTADOS LÍQUIDOS	
Outras imobilizações corpóreas	3 874 920\$40	1 254\$00	3 873 666\$40	Resultados correntes do exercício	— 406 058\$50
	28 944 313\$50	7 944 438\$10	20 999 875\$40	Resultados extraordinários do exercício	— 1 444\$00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				Resultados de exercícios anteriores	+ 1 429 491\$10
Obras em curso	6 410 844\$90		6 410 844\$90	RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS	+ 1 021 988\$60
	6 410 844\$90		6 410 844\$90	Provisões p/ impostos s/ os lucros	— \$—
CUSTOS ANTECIPADOS				RESULT. LÍQUID. DEPOIS DOS IMPOSTOS	+ 1 021 988\$60
Despesas antecipadas	3 947\$30		3 947\$30	TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	+ 4 308 340\$80
Outros custos plurianuais	95 950\$00		95 950\$00	TOTAL DO PASSIVO E DA SIT. LÍQUIDA	45 889 812\$50
	99 897\$30		99 897\$30	CONTAS DE ORDEM	
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES		7 944 438\$10		Credores por acções em caução	150 000\$00
TOTAL DO ACTIVO			45 889 812\$50		
CONTAS DE ORDEM					
Acções em caução			150 000\$00		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

EXISTÊNCIAS INICIAIS			VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS		
Mat. primas subsid. e de consumo ..	2 315 202\$10		Produtos acabados e semiacabados	41 100 841\$60	
COMPRAS			Sub. desp. resid. e ref.	971 269\$00	42 072 110\$60
Mat. primas subsid. e de consumo ..	21 155 974\$50		TRAB. P/ A PRÓPRIA EMPRESA		
	23 471 176\$60		VARIAÇÃO DE PRODUÇÕES		4 806 408\$00
EXISTÊNCIAS FINAIS			Existências finais:		
Mat. primas subsid. e de consumo ..	— 3 372 338\$70		Produtos acabados e semiacabados ..	11 110 733\$00	
CUSTO DAS EX. VENDIDAS E CONS.			Sub., desp., resid. e ref.	1 612\$00	
Mat. primas subsid. e de consumo ..	20 853 631\$90		Produtos e trabalhos em curso	1 054 480\$50	12 166 825\$50
FORN. E SERV. DE TERCEIROS	4 173 308\$00		Existências iniciais:		
IMPOSTOS INDIRECTOS	88 428\$10	4 261 736\$10	Produtos acabados e semiacabados ..	— 10 713 340\$70	
DESPESAS COM O PESSOAL	15 717 852\$30		Sub., desp., resid. e ref.	— \$—	
DESPESAS FINANCEIRAS	4 746 202\$50		Produtos e trabalhos em curso	— 2 208 278\$80	— 12 921 619\$50
OUTRAS DESP. E ENCARGOS	1 050 049\$10	21 514 103\$90	Aumento/redução de produção.		
AMORT. E REINTEGRAÇÕES DO EXERCÍC	1 777 487\$00	23 291 590\$90	Produtos acabados e semiacabados +	397 392\$30	
PERDAS EXTRAORDINÁRIAS DO EXERC	1 444\$00		Sub., desp., resid. e ref.	+ 1 612\$00	
PERDAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ..	2 579\$40	4 023\$40	Produtos e trabalhos em curso	— 1 153 798\$30	— 754 794\$00
RESULTADOS LÍQUIDOS		+ 1 021 988\$60	SUBSÍDIOS DEST. EXPLORAÇÃO	786 399\$00	
		49 432 970\$90	RECEITAS SUPLEMENTARES	103 217\$20	889 616\$20
			RECEITAS FINANC. CORRENTES	86 446\$90	
			OUTRAS RECEITAS	146 318\$70	232 765\$60
			GANHOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ..	1 432 070\$50	1 432 070\$50
					49 432 970\$90

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco do Rosário da Silva Marçal

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

— LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL representada por Armando Cerqueira da Silva Paes
— CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL representada por Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho; e
— António Manuel de Medeiros, Administrador-Delegado

Sociedade Agrícola de Vilamoura, S. A. R. L.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1978

(continuação da pág. 9)
núcleo de reprodutores habilitado a colocar os seus produtos para reprodução, com garantia de genealogia e ainda de origem, facto de muito interesse para o nome de Vilamoura.

— Diversificação da actividade pecuária

Durante o exercício firmou-se a actividade de recria e engorda de frangos para abate, no pavilhão construído para o efeito. A produção é de 100 000 unidades por ano ficando dependente de financiamento oportuno a ampliação do conjunto para uma produção dupla da mencionada, uma vez que, de momento, as linhas de crédito bonificado não contemplam a avicultura.

— Intensificação do uso do solo

Procedeu-se à ampliação do dispositivo de irrigação, com uma imobilização superior a mil contos, permitindo o melhor aproveitamento das áreas de culturas forrageiras e de culturas hortícolas de ar livre ou de ambiente confinado sob cobertura de plástico.

— Promoção das condições de habitação e de trabalho

Iniciada a construção do edifício para instalação dos serviços administrativos e técnicos e ainda do conjunto de trinta moradias para trabalhadores, mediante financiamento integralmente facultado pela LUSOTUR, não foi possível alcançar a sua finalização por motivo do atraso das respectivas empreitadas. Espera-se, no entanto, que tal finalização se consiga no decurso do primeiro trimestre de 1979.

2 — A despeito de diligências feitas junto dos serviços competentes, em particular do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária (ex-I. R. A.), não foi possível contar, neste exercício, com a efectivação dos pedidos de auxílio financeiro interpostos, nomeadamente quanto a um empréstimo de 3 500 contos, em grande parte destinado à aquisição de equipamento e ao termo das instalações pecuárias e tecnológicas.

Também as diligências feitas para obtenção de financiamento ao abrigo da linha de crédito Público Law 480 (acordo entre os governos português e estado-unidense), não foram coroadas de êxito por motivo de as condições de taxa de juro, fixadas em níveis mínimos de 12%, não facilitarem a imobilização nas benfeitorias a que esse financiamento se destinara: regularização e ampliação da rede de drenagem, obras de arte e rede de rega fixa.

Por motivo de agravamento das condições de acesso ao crédito, no âmbito das modalidades com bonificação de juro, não obteve seguimento o pedido apresentado àquele Instituto para transferência para esse organismo do empréstimo contraído em 1976 junto do Banco Português do Atlântico. As taxas de juro actualmente praticadas que incidem sobre a quantia de dezanove mil contos, valor daquele empréstimo, traduzem-se num encargo financeiro que pesa desfavoravelmente e significativamente nos resultados da exploração.

3 — Durante o exercício fez-se sentir, com igual ou maior peso que no ano anterior, o agravamento geral dos custos. Em particular os preços de aquisição dos equipamentos, dos combustíveis e dos lubrificantes e ainda, acentuadamente os dos pesticidas sofreram aumentos bastante significativos que muito contrariaram a evolução prevista em 1976 quanto aos resultados da exploração.

Cabe também deixar expressa a menção de que a produtividade da mão de obra utilizada na sociedade continua a mostrar evolução muito desfavorável, facto que apresenta aspectos peculiares devidos à circunstância de existência duma disparidade acentuada entre os níveis salariais das actividades locais não agrícolas e os praticados, aliás em pleno respeito pelos mínimos garantidos na legislação vigente para o sector.

4 — As condições climatológicas do ano agrícola de 1977/1978

foram satisfatórias.

A marcha das culturas, salvo reduzidas excepções, foi normal. No entanto há a mencionar os maus resultados das culturas forrageiras e cerealíferas oriundas de sementes exóticas distribuídas pela EPAC, os quais tiveram repercussão muito desfavorável nas disponibilidades forrageiras e na produção de leite e obviamente nos resultados finais.

5 — Os valores imobilizados no exercício totalizaram a importância de esc. 10 344 101\$80, tendo sido significativamente contemplado o sector agrícola designadamente quanto a equipamento para regadio, a ampliação da área de estufas metálicas e de madeira e ao estabelecimento de várias plantações herbáceas plurianuais, arbustivas e arbóreas, o que dá a medida do cumprimento da orientação traçada no plano de actividades. Para melhor elucidar este aspecto se ilustra com o quadro a seguir apresentado:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Edifícios e outras constr.	281 042\$10		
Equipamento básico e outras máq. e instalações:			
Regadio	1 026 580\$00		
Outros	253 719\$30	1 280 299\$30	
Ferramentas e utensílios		54 750\$80	
Equipamento administrativo e social e mobiliário diverso		58 730\$50	
Benfeitorias:			
Drenagens e caminhos	380 793\$30		
Furo da nora D. João	66 300\$00	447 093\$30	
Outras imobilizações corpóreas:			
Plantações herbáceas ...	1 083 546\$10		
Plantações arbustivas ...	2 058 692\$90		
Plantações arbóreas ...	697 211\$00	3 839 450\$00	5 961 366\$00

IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

Obras em curso:			
Implantação de estufas ...	1 690 968\$00		
Escritórios	1 148 988\$80		
Outras	222 839\$00	3 062 795\$80	
Plantações em curso:			
Morangal	1 319 940\$00	4 382 735\$80	
		10 344 101\$80	

No conjunto de 4 286 543\$30, relativo à totalidade de benfeitorias e outras imobilizações corpóreas, foi lançada a quantia de escudos 3 286 518\$10 respeitante ao custo da implantação de benfeitorias (vinha de mesa e outras), operação consequente da anulação dessas importâncias no débito feito em 1976. Obviamente a conta de credores vem afectada de igual importância por crédito da LUSOTUR, na qualidade de proprietária, uma vez que a imputação do valor das benfeitorias realizadas pela S. A. V., na situação de rendeiro, se orientará face ao critério sugerido pela Administração da LUSOTUR, nos termos da legislação em vigor e com a correcção da orientação inicialmente admitida para facilitar a execução dessas benfeitorias, por encontro das suas imobilizações com o valor das rendas.

6 — O valor total do produto da exploração foi de 48 000 900\$ tendo-se verificado um crescimento sensivelmente equivalente a 17% em relação ao exercício de 1977 que foi de 40 749 639\$50.

Os resultados correntes e extraordinários do exercício somaram o valor negativo de esc. 407 502\$50, valor que foi compensado pela contabilização de resultados de exercícios anteriores. Estes resultados contribuíram também para a quase anulação do prejuízo passado em balanço do ano transacto que fica reduzido de esc. 1 120 801\$40 para esc. 98 812\$80.

A bonificação das taxas dos juros do empréstimo contraído junto do Banco Português do Atlântico pagos durante o exercício mas que só em 1979 foram creditados por aquele Banco, no valor de esc. 371 829\$70 e ainda a do leite entregue à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite do Distrito de Faro, estimável em cerca de 400 contos, contribuirão para uma expressão de sinal positivo no resultado da actividade do ano.

7 — Em 1978 foi-nos prestada colaboração muito valiosa por parte de Entidades oficiais e privadas, nomeadamente a Direcção

Regional de Agricultura e a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite do Distrito de Faro e ainda por diversas empresas e pessoas ligadas ao ramo da agricultura. A todas apresentamos o nosso melhor reconhecimento.

Para a LUSOTUR pela contribuição prestada na resolução dos principais problemas de âmbito

financeiro e nos relacionados com o alojamento dos trabalhadores e ainda pelo apoio recebido em inúmeras situações, o nosso agradecimento.

Aos elementos do Conselho Fiscal pelo muito interesse e real colaboração apresentamos igual-

(continua na pág. 11)

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados do Exercício de 1978

5 — Movimento com associadas:
Créditos a curto prazo:
— LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, SARL 10 264 263\$80
— CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL ... 14 318\$30

8 — Critérios valorimétricos:
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:
— Custo de aquisição
Produtos acabados:
— Custo padrão

10 — Valor global dos créditos s/ o pessoal e débitos a este:
— Débitos do pessoal ... 26 348\$30
— Créditos do pessoal ... 12 809\$20

11 — Saldo da conta «Imposto de transacções» e valor liquidado no exercício:
— Saldo em 31/12/78 ... 62 624\$80
— Valor liquidado em 1978 ... 100 140\$00

12 — Desdobramento das despesas com o pessoal:
— Remunerações dos corpos gerentes ... 420 000\$00
— Ordenados e salários ... 12 486 639\$50
— Encargos sobre remunerações ... 2 348 768\$20
— Seguros de acid. no trab. e doenças profission. 416 865\$10
— Outras despesas com o pessoal ... 15 579\$50

17 — Imobilizações corpóreas e em curso:
Imobilizações efectas a cada uma das actividades da empresa:
— Administração ... 2 078 664\$30
— Agricultura ... 5 922 975\$20
— Armazém ... 866 119\$30
— Instalações Tecnológicas:
— Adega e destilaria ... 548 706\$30
— Moagem ... 612 517\$90
— Máquinas e Implementos Agrícolas: ... 7 737 832\$80
— Oficinas ... 170 492\$70
— Pecuária:
— Avicultura ... 2 416 679\$20
— Bovinicultura ... 8 590 325\$80

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:
— Edifícios e outras construções ... 11 067 551\$20
— Equipamento básico e outras máquinas e instalações ... 2 763 196\$40
— Benfeitorias ... 447 093\$30
— Outras imobilizações corpóreas ... 3 874 920\$40

Imobilizações em curso afectas a cada uma das actividades da empresa:
— Administração ... 1 227 039\$60
— Agricultura ... 4 181 319\$70
— Instalações Tecnológicas:
— Moagem ... 69 905\$10
— Máquinas e Implementos Agrícolas ... 528 182\$20
— Pecuária:
— Avicultura ... 69 743\$20
— Bovinicultura ... 334 655\$10

Imobilizações em curso implantadas em propriedade alheia ... 6 410 844\$90

18 — Forma como se realizou o capital social:
— Por emissão de acções ... 4 200 000\$00

20 — Participação das associadas no capital da empresa.
— LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, SARL 3 900 000\$00
— CONSTRUÇÕES VILAMOURA, SARL ... 150 000\$00

24 — Movimento das contas da Situação Líquida:

Contas	Saldo Inicial	Mov. Exerc.	Saldo Final
Capital Social ...	4 200 000\$00	—\$—	4 200 000\$00
Res. leg. e estat. ...	207 153\$60	—\$—	207 153\$60
Result. transitad. ...	582 248\$00	(1 703 049\$40)	(1 120 801\$40)
Resultad. líquidos ...	(1 703 049\$40)	(2 725 038\$00)	(1 021 988\$60)

26 — Credores por acções em caução ... 150 000\$00

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor Nominal	Preço Médio de compra	Cotação em Bolsa	Valor de Balanço		Valor Total de Aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de Valores	Per. Lev. Resultad.
— Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite do Distrito de Faro	1	100\$00	—	—	100\$00	100\$00	100\$00	—	—
— Adega Cooperativa de Lagoa	688	30\$00	—	—	30\$00	20 640\$00	20 640\$00	—	—

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco do Rosário da Silva Marçal

Pe'l'o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Administrador-Delegado,
António Manuel de Medeiros

Considerações à política partidária relacionadas com a Democracia

(continuação da pág. 1)
namente afectaram compatriotas, com gravíssimas repercussões, não só nos directos e tragicamente visados, como em toda a «Vida Nacional».

Na realidade, os termos «Humanista Personalista» ficam a matar e, são fulcrais em qualquer «estatuto» de «partido político».

O pior é, que só o impacto da palavra escrita ou verbal não chega, porquanto nada revela se não houver tradução prática, ficando os deslumbrantes termos, ao fim dum certo tempo, apagados e por fim mortos no espírito, pensamento e sentimento dos que ingenuamente e crenças se embalarão por tão rico conteúdo teórico político-partidário.

Perante tais factos, que julgo incontestáveis por demasiados evidentes, surge a desilusão e os descrentes nos partidos políticos, infelizmente não poucos, tantos são, preocupando alguns dos verdadeiros responsáveis democratas pelo «destino» da Nação, empenhando-se acima de tudo em salvar e vitalizar o «sistema democrático», baluarte, que assegurará futuramente a experimentação prática, demonstrando que as teóricas e actuais doutrinas «Humanistas Personalistas» no nosso País têm, não só conteúdo teórico como expres-

são prática em todo o contexto, que envolva o homem.

Para tal é imperioso, por fundamental à evolução plena do «homem», no sentido da «Pessoa Humana», que o mesmo nasça, desabroche, floresça, amadureça e finde, no «meio ambiente», que até hoje se conhece, como o único meio capaz, por salutar e, que só é facultado pelo pleno uso das regras, técnicas e métodos da «Democracia Verdadeira».

5-7-979

Manuel Bota Filipe Viegas

A propósito do Instituto Politécnico de Faro

(continuação da pág. 1)
a aumentar, sobretudo à custa da diversificação dos cursos e não do aumento de frequência dos cursos clássicos, e, é nesta diversificação que se inclui o Ensino Superior Politécnico. A implantação deste Instituto Politécnico na região favorecerá naturalmente o aumento do número de estudantes que prosseguem os estudos além do ensino secundário, o que, conjugado com o crescimento nacional previsto permite prever que venha a verificar-se um aumento da contribuição do Algarve para a população do ensino superior.

Parece ser razoável considerar numa duplicação da capacidade total da escola para 1700 estudantes algarvios a frequentar o ensino superior, quando essa capacidade for atingida. Esta expansão surgirá naturalmente pela criação de novos cursos ligados a actividades sócio-económicas da região não cobertas por este projecto.

Cursos relacionados com culturas forçadas praticadas na região

NO CASTELO DE SILVES FESTAS DE VERÃO

Com grande animação e a presença de muito público prosseguem no Castelo de Silves as tradicionais «Festas de Verão», organizadas pelo Silves Futebol Clube, com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve e da Câmara Municipal daquele concelho. Na 4.ª feira, dia 18, actuarão o Rancho Folclórico de Moncarapacho (Ídolo intérprete das danças e cantares do Algarve) e o conjunto musical «Al Andalus».

No sábado, dia 21, o programa inclui o Trio Odemira, o pianista maestro Shegundo Galarza e o conjunto musical «Al Andalus».

Sociedade Agrícola de Vilamoura, SARL

(continuação da pág. 10)
mente o nosso reconhecimento e agradecimento.

Aos trabalhadores da sociedade que mais directa e desveladamente colaboraram com a Administração nos esforços para a remodelação e dinamização da actividade, desejamos também expressar uma palavra de louvor e agradecimento.

Vilamoura, 28 de Fevereiro de 1979.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S. A. R. L. representada por Armando Cerqueira da Silva Paes
— CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L., representada por Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho; e
— António Manuel de Medeiros, Administrador-Delegado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

Nos termos da Lei e dos Estatutos tem este Conselho o prazer de apresentar a V. Ex.ª o seu parecer sobre o Relatório, o Balanço e as Contas referente ao exercício de 1978 que o Conselho de Administração nos submeteu.

Este Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício o trabalho do Conselho de Administração no seu esforço de reestruturação e desenvolvimento das várias actividades de exploração.

Também no aspecto administrativo foram notórios os benefícios de organização, pois começa agora a ser possível obter em tempo informação indispensável à gestão da sociedade.

Ao longo do exercício procedemos à verificação da escrita e respectivos suportes documentais, tendo-se encontrado tudo em ordem.

Os valores dos inventários e do imobilizado foram calculados dentro dos critérios valorimétricos adoptados tradicionalmente, possibilitando-nos, assim, uma análise correcta da situação da Sociedade.

Resta-nos expressar a satisfação pela colaboração franca e prestimosa obtida do Conselho de Administração, que muito facilitou a nossa tarefa.

Assim, propomos:

1. Que aprovei o Relatório, o Balanço e as Contas, apresentadas pelo Conselho de Administração, referente ao exercício de 1978;

2. Que aprovei a proposta do Conselho de Administração de o saldo da Conta de resultados líquidos ser adicionado aos resultados dos anos anteriores;

3. Que aprovei um voto de louvor ao Conselho de Administração pela competência e zelo com que desempenhou as suas funções;

4. Que aprovei um voto de louvor ao pessoal pela valiosa colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 13 de Março de 1979.

O CONSELHO FISCAL:

Presidente — António Varela
Vogal — Inácio Caeiro Chambel
Gião
Vogal — José Manuel Macedo
Pereira

Trespasa-se

Estabelecimento de Fazendas e Pronto a Vestir. No melhor local da vila de Loulé.

Tratar telf. 62452 — Loulé.

PRECISA-SE

Canalizador, para trabalhar dentro do concelho de Loulé.

Tratar com José Manuel de Jesus Gil — Vivenda Gil — Almansil (estrada de Loulé).

(3-3)

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE» Peio Dr. Ataíde Oliveira

No sítio das Cortiçadas, pertencente à mesma freguesia de Salir, existem vagas referências nas tradições populares, respeitantes à passagem de D. Afonso III, quando este desceu ao Algarve por ocasião de tomar os castelos de Faro, Loulé, Albufeira.

O cronista, já citado, refere-se expressamente a esta jornada do monarca português, nas seguintes palavras:

«...ElRei D. Afonso... mandou logo aparelhar suas gentes e foice logo á grão preça ao Alguarve e foi por beja e dahi a almo-dovar do campo de ourique e passou a serra pelas cortiçadas e encaminhou direito...»

Chegado el-rei a Salir ahi já o esperava o seu vassallo D. Paio Peres Correia, como acima fico dito.

Nenhuma lenda de mouras encantadas conseguiu apurar neste sítio. Tudo quanto ali consta relativamente a este assunto prende com o que deixámos já exposto relativamente a outras localidades da mesma freguesia.

Como mais de uma vez terei de notar, o não ter encontrado alguma lendo não quer dizer que não exista ou existisse. Uns por se terem esquecido, outros pelo receio de incorrer em uma falta, que a moda não perdoo, não ousam contar o que sabem ou negam-se a isso. É possível que depois da publicação do presente livro se torne fácil conseguir informações mais amplas.

No sítio do Ribeiro Seco, aparecia antigamente um encantamento. Era uma grande cobra. Certa rapariga sonhou que a cobra dormia sobre um grande depósito de dinheiro em ouro. Muita gente a esse tempo tinha visto o encantamento, mas ninguém sabia de que meios podia usar para o desencantamento da moura. Infelizmente a rapariga contou a diversas pessoas o sonho que tivera, o que certamente contribuiu para o desaparecimento da cobra.

AS MOURAS DE ALTE

VIII

Alte é povoação antiga, situada à beira serra. A sua posição em anfiteatro, sobre um monte cercado de quatro mais altos, deu origem aos versos populares cantados pelas raparigas da freguesia nos seus bailes campesinos:

Quatro serros tem Alte
Que o cercam ao redor
Galvana, Francilheira
Castel, Rocha Maior.

Encontram-se a cada passo nesta freguesia vestígios manifestos de antigas raças, que, em remotas épocas, ali dominaram.

A três quilómetros da povoação, há uma grande caverna denominada a **Igrejinha dos Soidos**, cuja origem se prende talvez ao tempo em que foi habitada por trogloditas.

Carlos Bonnet, engenheiro notável, escreve desta caverna o seguinte:

«A **Igrejinha dos Soidos** é uma caverna grandiosa, de forma circular, de abóbada muita elevada, à feição de cúpula. As estalactites, assaz grossas e separadas umas das outras, formam com as estalagmites colunas semelhantes às das igrejas. Em razão de tal conformação deram os habitantes das localidades próximas a esta caverna o nome de **Igrejinha**, considerando a grande sala como nave central e as câmaras contíguas como capelas. Segundo as lendas a **Igrejinha dos Soidos** foi habitada pelos mouros».

E efectivamente diz-se de longa data que têm sido vistos ali mourinhos encantados. (5)

Existem a alguns quilómetros de Alte dois grandes buracos, sempre cheios de água. Dizem as tradições locais que o buraco do lado do nascente se comunica subterraneamente ao castelo mourisco de Loulé, e o do lado do poente à cisterna arruinada de Silves; e por estes condutos subterrâneos se comunicavam os mouros, quando ambos os castelos lhes pertenciam.

Segundo as lendas dos sítios que circunda a povoação, cada um dos serros que a cercam está minado e nas habitações interiores ficaram encantadas famílias mouras por ocasião da sua expulsão desta província. Ainda hoje conservam de memória os versos que os infelizes serracenos entoavam a chorar, quando foram forçados a sair:

Adeus Julia e Juliana
Rocha da Pena, Cabeço de Câmara
Onde ficou a nossa dinheirama.

Boicote ou desinteresse?

Da Comissão Política Concelhia de Loulé do Partido Social Democrata, recebemos o seguinte comunicado, que passamos a reproduzir:

1 — Sempre o PSD considerou que a Lei das Autarquias Locais tem uma importância fundamental na democratização do País e consequentemente na defesa do interesse e do bem-estar das populações.

2 — Para isso é indispensável que os partidos políticos assumam a sua inteira responsabilidade, actuando não apenas como máquina eleitoralista, mas sobretudo com sentido realista, educando e esclarecendo o Povo que dizem defender.

3 — Pautando-se rigorosamente por estes princípios e cumprindo o seu dever, sente a Comissão Política Concelhia de Loulé do PSD a falta de interesse que os representantes do Partido Socialista têm revelado em relação à Assembleia Municipal, sobretudo a partir da queda do governo de Mário Soares.

4 — Tendo o PSD sugerido que a Assembleia Municipal se deslocasse a todas as freguesias rurais para auscultar os anseios das populações, foi apoiada nesta proposta por todos os outros partidos com assento na dita Assembleia.

5 — Porém, verificou-se que os membros do PS, além de terem manifestado ostensivamente o seu desinteresse pelos assuntos em debate, ignorando ou iludindo o papel preponderante que este órgão deve desempenhar como fiscal de toda a actividade camarária, têm primado pela sua falta em bloco nas últimas reuniões, nomeadamente na 1.ª em Quarteira e em Boliqueime.

6 — Revelaram assim, não só um profundo desrespeito pela

população, como ainda falta de consideração para com os assistentes às reuniões que pretendiam esclarecer-se acerca dos problemas que lhes dizem directamente respeito.

A COMISSÃO POLITICA CONCELHIA DE LOULÉ DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ouvidos os seus representantes na Assembleia Municipal e conhecedora dos factos atrás narrados, DELIBEROU:

1.º — Manifestar o seu profundo descontentamento pelo desinteresse de parte da Assembleia Municipal em ouvir as Freguesias rurais.

2.º — Não aceitar o pedido de demissão dos seus representantes na Assembleia Municipal por considerar que os interesses das populações estão acima dos interesses partidários, e mais, por considerar que neste momento apenas o PSD continua, em Loulé, a defender os interesses das populações.

Loulé, 5 de Julho de 1979.

A Comissão Política Concelhia de Loulé, do Partido Social Democrata

JOSÉ VITORINO (PSD)

UM DEPUTADO EM PLENA ACTIVIDADE

José Vitorino, deputado eleito pelo Partido Social Democrata, no Algarve, é um deputado atento às carências e aos problemas da população do Algarve, como o atestam as múltiplas intervenções no exercício da sua função parlamentar.

Desta feita, em requerimento dirigido ao Presidente da Assem-

O Eng.º Lopes Serra é o novo Director da Unicer - E. P. em Loulé

Convidado para exercer as funções de Director do Centro Fabril da Unicer — E. P., tomou há pouco posse do respectivo cargo o nosso prezado amigo e dedicado assinante, sr. Eng.º Lopes Serra, que entre nós já teve oportunidade de revelar a sua capacidade de trabalho e de inteligência quando exerceu as funções de Presidente da Câmara de Loulé e de Governador Civil de Faro.

Ultimamente exercia as funções de Director Comercial da Fábrica de Cimento Cimpor (antiga Cisul), cargo que desempenhou com brio profissional.

Agora na Unicer, em Loulé, grande unidade produtora de cimento que se chamava Imperial antes das nacionalizações, será desejável que o Eng.º Lopes Serra consiga dinamizar uma empresa cuja manutenção interessa ao País e também a quantos ali exercem a sua actividade.

Os nossos parabéns e votos de felicidades no exercício das suas funções.

POR CULPA DA RODOVIÁRIA 20 CRIANÇAS DE 6 ANOS CALCORREIAM ESTRADA

Isto pode parecer aquela história de ser preso por ter cão, e por não ter cão. Aqui há tempos, assinalámos criticamente nestas páginas o serviço que a Rodoviária Nacional presta aos seus utentes, com os autocarros de lugares de pé, e onde as pessoas se amontoam em

horas de ponta. Hoje, poderá parecer que vimos criticar a Rodoviária Nacional pelo motivo contrário. Mas, não exactamente!

A história chegou-nos pela boca de um nosso assinante que teve conhecimento de que uma professora, por um destes dias, resolveu levar 20 dos seus alunos da 1.ª Classe, a fazer uma visita de estudo à Alfarrrobeira, cerca de 3-4 quilómetros de Loulé. Abalaram de camioneta, desceram-se, olharam o que queriam, brincaram, e vieram em grupo, postar-se no local apropriado, à espera da carreira para Loulé. Chega a camioneta, dessas fatídicas dos lugares em pé, e o condutor coloca o problema. Que não! Que só levava metade das crianças! Que não cabiam todas! Ao que a professora retorquia que também não! Que ou iam as crianças todas juntas ou não iam nenhuma! E que, considerava a professora, havia lugar para todas! Pois se onde cabiam 10 crianças de 6 anos, à vontade, caberiam outras 10, um pouco apertadas! Demais, que era isso de apertos para a Rodoviária? Pois a verdade é que o condutor entendeu que não levava as crianças todas, e a professora fincou o pé, despediu a camioneta, e pôs-se mais os 20 catraios «à pata», a caminho de Loulé. Chegaram sãos e salvos, que quatro quilómetros também não matam ninguém, embora num percurso a subir! Mas ficou a má nota da Rodoviária Nacional que, por falta de boa vontade daquele seu condutor, não prestou um serviço que poderia muito bem ter prestado, em contraste com as autênticas caradas que temos visto levar, por exemplo, de Loulé para Quarteira e vice-versa.

Casa do Algarve sem novos corpos gerentes

A Casa do Algarve em Lisboa, conhecida associação regionalista que, na capital, congrega os laços de cooperação de toda a família algarvia, tem, desde o passado dia 23 de Junho, novos Corpos Gerentes.

A Direcção, presidida pelo nosso amigo sr. Joaquim António Nunes, traçou, num almoço de trabalho que se seguiu à tomada de posse dos novos dirigentes, as linhas gerais de um vasto programa, onde se destacam as comemorações das Bodas de Ouro que a Casa do Algarve vai celebrar no próximo ano.

Está prevista a cunhagem de uma medalha de bronze comemorativa da efeméride, bem como a oferta de emblemas especiais aos sócios com mais de 25 anos, e a criação de um emblema para uso dos associados, e também, a realização de ciclos de palestras, mesas redondas, simpósios, etc., tratando os mais diversos assuntos de interesse geral, e, particularmente, do Algarve.

Além de importantes melhoramentos na Sede, está também programado um surpreendente calendário de animação, organizado pelo actor Jorge Nery.

A todos os recém-empossados, daqui enviamos o nosso estreito abraço de Amizade.

CONGRESSO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ EM FARO

Loulé — A Associação das Testemunhas de Jeová, com sede no Estoril, anunciou a realização de uma série de 10 assembleias de distrito «Esperança Viva» para este verão de 1979.

Augusto Estevão Martins, porta-voz do grupo religioso em Loulé disse que são esperados 50 000 delegados nos diversos congressos que terão lugar em 10 cidades do Continente e Ilhas.

Augusto Martins disse igualmente que 80 pessoas representarão Loulé neste congresso de 4 dias que se realizará no Estádio Municipal de Faro, nas datas de 26 a 29 de Julho de 1979.

«A humanidade precisa indistintamente de esperança nestes dias», disse Augusto Estevão Martins. «Todos nós nos sentimos preocupados com a inquietação da actual sociedade devido ao crime, violência inflação, decadentes normas de moral, divórcio e consequente divisão familiar.

«As pessoas anseiam esperança» continuou Augusto Martins, «mas muitos perguntam a si mesmos onde pode ser encontrada tal esperança. Outros, dotados de esperança, estão interessados em saber como podem preservá-la, mesmo aumentá-la. Estes congressos estão especialmente destinados a examinar as causas da tensão, infelicidade e desânimo na sociedade moderna e, mais importante, em como enfrentar com êxito esses problemas».

Augusto Martins terminou por afirmar que o programa foi elaborado visando todas as idades e que todas as reuniões são franqueadas ao público.

Actividade dos Bombeiros de Loulé

16 INCÊNDIOS EM JUNHO!

Eis uma informação que gostaríamos de poder continuar a fornecer aos nossos leitores, com carácter regular: a actividade da Corporação de Bombeiros Municipais de Loulé.

Pois, no mês de Junho, os ho-

Aos nossos assinantes de Lisboa

Por causa dos pesadíssimos encargos impostos pelos C. T. T. aos serviços públicos que presta — que quase impossibilita o público de os utilizar, — temos aguardado até agora que os nossos assinantes tenham a gentileza de liquidarem directamente o valor dos seus débitos referentes ao ano de 1979.

Infelizmente nem todos os portugueses têm conta aberta nos bancos, (o que seria um magnífico sintoma de felicidade colectiva) e muitas vezes é exactamente difícil (principalmente em Lisboa) alguém deslocar-se a uma estação dos C. T. T. para emitir um vale.

Dai resulta a circunstância de se encontrar por liquidar a assinatura de 1978 de muitos dos nossos assinantes de Lisboa.

Avisamo-los, portanto, que esses recibos vão ser postos à cobrança e esperamos que façam um esforçozinho no sentido de evitar a sua devolução — o que representa um pesado encargo para este jornal.

Para todos pedimos um pouco de boa vontade, pois o dinheiro das assinaturas é fonte de vida de «A Voz de Loulé».

mens daquela prestimosa associação humanitária, acudiram a 16 incêndios, conduziram 132 doentes e socorreram a 21 acidentes na estrada. Números que são realmente esclarecedores de uma actividade que tem vindo a aumentar de ano para ano, e reecladores de toda uma eficácia quer a nível de pessoal, quer a nível material, que enche o concelho de Loulé, de justo e natural orgulho nos seus Bombeiros. Ao seu Comandante, nosso prezado amigo Carlos Leal, grande responsável pelo dinamismo que vem caracterizando os Bombeiros de Loulé, apresentamos as nossas vivas saudações.

FESTA RIJA EM ALBUFEIRA

Prosseguindo uma temporada, que se tem revelado de grande animação e interesse turístico para o Algarve, a Empresa Fernando dos Santos, proprietária da Praça de Toiros de Albufeira, tem realizado sucessivamente, diversos espectáculos de grande cartel.

Assim foi na noite de sexta-feira, onde foram cabeças de cartel os cavaleiros José Manuel Cortes e Alfredo Conde, e o renomado matador Fernando Guarany. Os forçados Amadores de Sousel, capitaneados por Luís Sarafago, aguentaram com os cornos dos toiros pelas panças cintadas, e no final, não se queixaram, nem nada!

Num cocktail taurino, onde se misturaram fados, bandinhas, folclore e bezerrada, o S. João de Albufeira, a 23 de Junho, também meteu sardinhada, frango no churrasco, e vinhaça à discrição. Aquilo foi um espectáculo, cantaram a Fernanda Batista e o Duo Algarvio, exibiu-se a Banda de

bleia da República, José Vitorino foca os problemas de doca, ria e barra da Fuzeta, perguntando-se da demora dos estudos, das actuações de limpeza e desassoreamento que se impõem.

O Ensino Superior do Algarve, é igualmente uma causa pela qual se tem batido denodadamente no hemisfério de S. Bento, como o prova o seu discurso de 28 de Junho naquele areópago, e onde defendeu a Universidade do Algarve, falou do Ensino Superior Politécnico e salientou as dificuldades por que passam os Centros de Apoio ao Ensino Universitário de Faro.

Na Igreja de S. Tiago, em Lisboa, celebrou-se no passado dia 1 de Julho o enlace matrimonial da nossa conterrânea sr. Dr.ª D. Maria Dulce Duarte da Piedade Barros, médica estagiária no Hospital Egas Moniz, filha do director deste jornal e de sua mulher D. Maria de Lourdes Duarte Bar-

Paderne, e rodopiou de cor e salteado o Rancho Folclórico da Luz de Tavira. Um bezerro, que entrou na praça por engano, andou para ali a correr atrás de uns tantos malucos, candidatos (as) a levarem com os cornos, o que seria muito bem feito, para não brincarem com coisas sérias!...

QUADRAS INSOLENTE

Para salvar Portugal Enriquecer a Nação Exportemos o Cunhal E o Conselho da Revolução.

Fogueiras de S. João Já não há em Portugal... Substituiu-as a traição Das fogueiras do Cunhal.

Anda a fazê-la bem feita O Presidente maroto... Ora está todo à direita Ora está todo canhoto.

Chico Seni

CASAMENTO

ros, com o sr. Dr. Manuel Augusto Pinho Nogueira da Silva, também médico estagiário no mesmo hospital e filho da sr.ª D. Maria de Lurdes Santos Henriques Nogueira e do sr. António Pinho Nogueira da Silva, proprietários em Alenquer.

Apadrinharam o acto por parte da noiva, seus tios sr.ª D. Divina de Moura Duarte e marido sr. Alvaro Pina Duarte, acessor da Administração dos Laboratórios Andrade e por parte do noivo, seus tios sr.ª D. Maria Manuela Pinho da Silva Rodrigues e o sr. Joaquim Nogueira Pinto de Almeida, industrial em Cascais.

A tocante cerimónia foi celebrada pelo nosso prezado amigo, conterrâneo e também amigo dos noivos, sr. Padre António José Cavaco Carriho, que mais uma vez teve oportunidade de revelar as suas excepcionais qualidades de digno Pastor da Igreja Cristã, através de sentidas palavras de profundo sentido humano e de enaltecimento do solene acto do casamento e o que ele simboliza para a vida em comum de 2 pessoas que unem os seus destinos pelos sacramentos da Igreja.

Seguindo uma tradição que vem de muito longe, a cerimónia religiosa foi seguida dum «copo d'água» servido na «Casa do Leão», no Castelo de S. Jorge, o qual serviu de pretexto para agradáveis momentos de confraternização entre familiares e convidados.

Ao jovem casal desejamos vida conjugal plena de venturas.